



**Demonstrações Financeiras Consolidadas em
31 de Dezembro de 2011 e 2010
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Cenário Macroeconômico

O segundo semestre de 2011 caracterizou-se por um baixo crescimento mundial, principalmente em função da persistência da crise nos países da zona do euro. A volatilidade dos mercados e as medidas de austeridade fiscal comprometeram o crescimento da atividade econômica na Europa, que caminha para uma recessão no início de 2012. O Banco Central Europeu teve um papel fundamental ao injetar liquidez nos mercados e evitar uma crise aguda no curto prazo. Entretanto, isso não impediu que o rendimento médio dos títulos soberanos dos países da zona do euro permanecesse elevado ao final de 2011, indicando que o cenário continua bastante incerto.

Nos Estados Unidos, os dados referentes à atividade econômica surpreenderam positivamente, afastando o risco de uma recessão americana no curto prazo. Por outro lado, o mercado de trabalho continua mostrando sinais de fraqueza, o que deve levar a um crescimento baixo por mais tempo.

No cenário doméstico, os sinais de desaceleração da atividade econômica intensificaram-se. O setor industrial apresentou estagnação pelo segundo ano consecutivo e as perspectivas permanecem negativas. As medidas restritivas adotadas no primeiro semestre de 2011, associadas a uma moderação no crescimento dos salários reais, contribuíram para uma desaceleração do consumo. Como resultado, o PIB do terceiro trimestre mostrou crescimento nulo em relação ao trimestre anterior.

Nesse contexto de desaceleração da atividade internacional e doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de afrouxamento das condições monetárias, reduzindo a taxa Selic em 1,50 p.p. e revertendo parcialmente as medidas macro prudenciais. Por outro lado, o mercado de trabalho permaneceu aquecido, exibindo uma taxa de desemprego no mínimo histórico. O baixo nível de ociosidade da economia manteve a inflação pressionada ao longo de todo o semestre. A variação anual do índice de preços oficial (IPCA) atingiu o seu maior patamar em seis anos no mês de setembro, mas entrou em trajetória de queda, encerrando 2011 em 6,50%, no topo da meta.

Nosso Negócio

As atividades do Banco BBM são concentradas em Crédito para Empresas, Tesouraria, Private Banking e Distribuição de Fundos. O Banco possui sólidos relacionamentos com seus clientes, uma eficiente plataforma de negócios, controle de risco e uma forte experiência em pesquisa para o desenvolvimento de suas atividades.

Contamos com uma estrutura de governança sólida e transparente, baseada em incentivos corretos de forma que os executivos estejam fortemente comprometidos com as atividades afetadas por suas decisões, tanto no curto quanto no longo prazo, minimizando os conflitos de interesse entre as unidades de negócio e entre os executivos e os acionistas.

Temos por foco prover serviços financeiros, oferecendo aos nossos clientes um amplo portfólio de produtos, serviços e soluções financeiras individualizadas, apoiados em uma equipe de conhecimento altamente qualificado.

Desempenho do Grupo Financeiro BBM

O Grupo Financeiro Banco BBM encerrou o ano de 2011, com um patrimônio líquido de R\$ 544 milhões e um resultado líquido de R\$ 73 milhões, o que representa uma rentabilidade anualizada de 13,55%, calculada sobre o patrimônio líquido médio do período.

O total de ativos ao final do exercício era de R\$ 2,5 bilhões. O volume de captações no mercado interno e externo encerrou o período em R\$ 1,4 bilhão. O índice de Basiléia do Banco era de 21,55% ao final do exercício.

Crédito para Empresas

A carteira de crédito encerrou o exercício totalizando R\$ 967 milhões (incluindo as operações de adiantamento de contrato de câmbio, leasing e garantias concedidas através de avais, fianças e cartas de crédito).

As operações de crédito são avaliadas em comitês semanais que tem como objetivo analisar e manter uma carteira com operações sólidas e com boa relação risco retorno. Para tanto, são utilizados modelos quantitativos elaborados a partir da experiência de nossos executivos.

Tesouraria

Nossas atividades de tesouraria visam a preservação do capital como princípio fundamental e por isso objetivam uma gestão prudente do risco de mercado. A área também fornece apoio técnico e inteligência para os outros negócios do banco.

Private Banking

A área de Private Banking presta assessoria financeira na gestão de patrimônio para clientes pessoa física, atendendo suas necessidades através de soluções financeiras estruturadas a partir de produtos BBM e de alternativas encontradas no mercado.

Gestão de Recursos de Terceiros

Durante o ano de 2011, ocorreu um processo de segregação da atividade de gestão de recursos de terceiros do Banco BBM S.A, passando essa atividade a ser exercida de forma independente, com equipe, estrutura, resultados próprios e sob a marca BBM Investimentos.

Distribuição de Fundos

A atividade de Distribuição de Fundos visa a diversificação da base de cotistas dos fundos mútuos da BBM Investimentos entre os segmentos Institucionais, Parcerias e Internacional. Para isso, possuímos uma equipe de vendas segregada e com foco em cada segmento.

Capital Humano

Nossa política é baseada no investimento sistemático em recrutamento, treinamento e motivação da equipe. O Banco tem como filosofia contratar profissionais extremamente qualificados, oferecendo um ambiente de trabalho desafiador e meritocrático através de avaliação de performance, que é um importante instrumento para o alcance de nossas metas. Toda a nossa equipe tem participação nos resultados, calculada a partir de avaliações realizadas pela administração, visando o alinhamento de interesses de longo prazo e a criação de valor para o negócio. A possibilidade de crescimento dentro da organização é um dos principais fatores de motivação de nosso pessoal.

Classificações de Crédito (Ratings)

Na visão do Banco, as classificações das agências de rating são uma fonte importante de avaliação transparente e independente da qualidade do nosso crédito. A classificação atual concedida pela Moody's Investor Services é "Ba1" para moeda local e "Aa2.br" na escala nacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco BBM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BBM S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição (ou do Banco) para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição (ou do Banco). Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

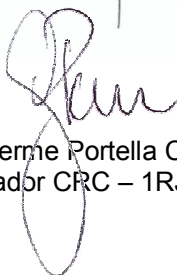
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco BBM S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Salvador, 3 de abril de 2012

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-BA



Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC - 1SP 172167/O-6-S-BA



Guilherme Portella Cunha
Contador CRC – 1RJ 106.036/O-5 – S - BA

Balancos patrimoniais consolidados

Em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 01 de Janeiro de 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Em R\$ mil		
		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Disponibilidades	4	58.268	79.605	268.752
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	686	565	16.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	23.781	4.680	32.806
Aplicações no Mercado Aberto	4 e 5	485.776	982.454	1.387.457
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	191.662	94.962	6.839.963
Dados em Garantia	6	1.004	907	358.227
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	190.658	94.054	6.481.735
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	204.704	843.549	86.312
Dados em Garantia	6	100.938	277.860	5.496
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	103.766	565.689	80.816
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.294	27.947	58.405
Operações de Crédito, Líquida	7	934.810	468.152	1.098.719
Operações de Crédito		956.701	581.760	1.231.762
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(21.891)	(113.608)	(133.043)
Outros Ativos Financeiros	8	558.595	2.360.796	726.105
Imobilizado, Líquido	9	8.662	9.885	11.715
Ativos Tangíveis	9	3.728	7.148	17.532
Ativos Intangíveis, Líquido	9	2.071	1.513	8.598
Ativos Fiscais	23	104.596	146.393	163.765
Imposto de Renda e Contribuição Social - Compensar		11.252	20.807	32.655
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		62.300	97.206	103.412
Depósitos Judiciais		31.044	28.380	27.698
Ativo Não Corrente Mantido para Venda	26	5.233	5.233	1.486
Outros Ativos		8.445	40.615	50.366
Total do ativo		2.594.311	5.073.498	10.768.508

Passivo	Nota Explicativa	Em R\$ mil		
		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Depósitos	10	792.919	427.876	1.070.133
Captações no Mercado Aberto	11		1.019.605	7.420.568
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	335.798	539.828	623.021
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	220.538		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	10.564	9.008	70.275
Outros Passivos Financeiros	8	543.431	2.374.137	742.901
Obrigações Fiscais	23	13.622	22.226	56.783
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.701	10.043	28.225
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		6.724	7.918	23.803
Outras		4.197	4.264	4.755
Provisões	24	82.150	73.252	58.280
Outros Passivos		50.969	72.858	46.758
Total do Passivo		2.049.991	4.538.790	10.088.719

Patrimônio líquido				
Capital		413.131	413.131	413.131
Ações em Tesouraria		(176.788)	(139.052)	(8.140)
Reservas Integralizadas		307.783	264.384	274.327
Resultado Abrangente Acumulado		194	(3.756)	471
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		544.320	534.708	679.789
Total do patrimônio líquido		544.320	534.708	679.789
Total do passivo e patrimônio líquido		2.594.311	5.073.498	10.768.508

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Em R\$ mil		
	Not Explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		730.196	596.558
Operações de Crédito		100.455	72.433
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		530.186	415.995
Resultado de Operações de Câmbio	15	47.481	12.674
Receita de Serviços	16	45.052	93.120
Outras Receitas		7.022	2.336
Despesas financeiras		(587.579)	(366.098)
Resultado de operações com Derivativos	20	(22.662)	(25.212)
Captações de Mercado	15	(529.364)	(315.695)
Empréstimos e Repasses	15	(35.553)	(25.191)
Recuperações/ (Ganhos/Perdas) com Créditos		103.434	(5.494)
Constituição/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		95.641	(8.904)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo		7.793	3.410
Margem Operacional		246.051	224.966
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(139.791)	(195.891)
Despesas Gerais e Administrativas	17	(36.079)	(51.685)
Despesas Tributárias		(11.455)	(15.396)
Despesas de Pessoal	17	(74.260)	(96.130)
Outras Despesas		(17.997)	(32.680)
Resultado Não Operacional		1.860	
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social		108.120	29.075
Imposto de Renda e Contribuição Social	23	(34.770)	(1.173)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.488)	(9.891)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(32.282)	8.718
Lucro Líquido		73.350	27.902

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Em R\$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	73.350	27.902
Reserva de valor justo (ativos financeiros disponíveis para venda)	2.562	(1.334)
Varição cambial de investimentos no exterior	50.084	(143.347)
Hedge de Investimento Líquido no Exterior	(48.696)	140.454
Lucro abrangente total no exercício	77.300	23.675

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Em R\$ Mil											
Reservas de Capital				Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes					
Capital Social	Atualização de Títulos Patrimoniais	Incentivos Fiscais	Outras Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para Venda	Variação cambial de investimentos no exterior	Reserva de ajuste ao valor justo de hedge de investimento líquido no exterior	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2010	413.131	3.369	2.696	2.069	69.382	196.811	471		(8.140)		679.789
Variação Cambial de Investimentos no exterior							(2.893)				(2.893)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM						(1.334)					(1.334)
Recompra de ações para Tesouraria									(130.912)		(130.912)
Lucro Líquido do Exercício										27.902	27.902
Hedge de Investimento Líquido no exterior							(140.454)	140.454			-
Destinações:											
- Dividendos/Remuneração de acionistas:										(19.397)	(19.397)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,08 por ação										(9.574)	(9.574)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,04 por ação										(8.874)	(8.874)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,04 por ação										9.943	-
- Constituição/Reversão de Reservas	(3.369)	(2.696)	(2.069)	2.339	(4.148)						
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	413.131	-	-	-	71.721	192.663	(863)	(143.347)	140.454	(139.052)	0
Mutações no período	-	(3.369)	(2.696)	(2.069)	2.339	(4.148)	(1.334)	(143.347)		(130.912)	0

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Em R\$ Mil											
Reservas de Capital				Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes					
Capital Social	Atualização de Títulos Patrimoniais	Incentivos Fiscais	Outras Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para Venda	Variação cambial de investimentos no exterior	Reserva de ajuste ao valor justo de hedge de investimento líquido no exterior	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2011	413.131	-	-	-	71.721	192.663	(863)	(143.347)	140.454	(139.052)	-
Variação Cambial de Investimentos no exterior							50.084	(48.696)			1.388
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM						2.562					2.562
Compra de Ações para Tesouraria									(65.735)		(65.735)
Venda de Ações em Tesouraria									27.999		27.999
Lucro Líquido do Exercício										73.350	73.350
Hedge de Investimento Líquido no exterior											-
Destinações:											
- Dividendos/Remuneração de acionistas:											-
- Juros sobre o Capital Próprio										(29.951)	(29.951)
- Constituição/Reversão de Reservas						3.668	39.731			(43.399)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	413.131	-	-	-	75.389	232.394	1.699	(93.263)	91.758	(176.788)	0
Mutações no período	-				3.668	39.731	2.562	50.084	(48.696)	(37.736)	0

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Banco **BBM** Grupo Financeiro Banco BBM

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010	Em R\$ Mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido	73.350	27.902
Ajustes ao Lucro Líquido	(49.645)	56.967
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(95.641)	8.904
Depreciações e Amortizações	5.955	47.497
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	8.646	14.970
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	32.282	(8.718)
Ganho/Perda não Realizado de TVM e derivativos	1.673	(1.367)
Atualização de títulos patrimoniais	(2.560)	(1.333)
Ajustes Patrimoniais		(2.985)
Lucro Líquido Ajustado	23.705	84.869
Aumento em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	129.705	6.076.501
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(19.101)	20.634
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(371.017)	468.682
Aumento/(Redução) em Depósitos	365.043	(683.098)
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	(1.019.605)	(6.400.961)
Aumento/(Redução) Relações Interdependências	1.553	(2.941)
Aumento em Recursos de Emissão de Títulos	220.538	
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(204.030)	(85.123)
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros		880
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.874.299	(1.647.766)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.893.228)	1.718.888
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(915.843)	(534.304)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento/(Redução) de Investimentos	7.443	3.783
Alienação de Imobilizado de Uso, Arrendamento e Diferido	16.876	981
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		3.317
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	24.319	8.081
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(50.321)	(37.845)
Aquisições de Ações em Tesouraria	(37.736)	(130.912)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(88.057)	(168.757)
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(955.876)	(610.111)
Início do Exercício	1.062.625	1.672.736
Fim do Exercício	106.749	1.062.625
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(955.876)	(610.111)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(i) Os valores referentes a juros pagos e recebidos não foram apresentados, dado que todas as operações do Grupo Financeiro, são basicamente, relacionadas a juros.

1 Contexto Operacional

O Banco BBM S.A. é a instituição líder do Grupo Financeiro Banco BBM (Nota 3a), estando autorizado a atuar como banco múltiplo através das seguintes carteiras:

- Comercial
- Investimento
- Crédito, Financiamento e Investimento
- Câmbio
- Arrendamento Mercantil

O endereço da sede da Empresa é Rua Miguel Calmon nº 398, Salvador, Bahia.

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 englobam o Banco e suas subsidiárias (conjuntamente denominados "Grupo").

As operações do Banco e do Grupo Financeiro são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Grupo Financeiro Banco BBM. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2012.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Financeiro Banco BBM foram elaboradas em atendimento a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS).

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Financeiro Banco BBM utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas incluem referências ao IFRS, aos pronunciamentos emitidos pelo IASB e às interpretações emitidas pelo IFRIC.

O Grupo Financeiro Banco BBM elegeu a data de 1º de janeiro de 2010 como a data de transição entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS. O BRGAAP foi definido como a prática contábil (GAAP anterior) anterior, de acordo com o pronunciamento IFRS 1 First-time adoption of International Financial Reporting Standards.

A reconciliação entre o patrimônio líquido em BRGAAP, que foi considerado como o GAAP anterior, e em IFRS na data de transição é apresentada na Nota 27 conjuntamente com uma descrição das isenções aplicáveis e exceções obrigatórias adotadas, conforme definido pelo IFRS 1.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações financeiras anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS.

Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS. Nestas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas com propósito especial de atender as exigências da Resolução 3.786 e que não representam as primeiras demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, o Grupo Financeiro Banco BBM aplicou a data de transição de 1º de janeiro de 2010 conforme a opção 1 da Circular 3.345/10.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

O sumário das isenções e exceções do IFRS 1 usadas pela Administração na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas está apresentado na Nota 27.

Continuidade

A administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuar operando normalmente e esta convencida de que o Banco e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

a) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo pelo resultado mensurados pelo valor justo.
- Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo.
- Ativos e passivos financeiros reconhecidos e designados como objetos de hedge de valor justo em relacionamentos qualificados como hedge accounting, mensurados pelo valor justo em relação ao risco protegido.

b) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c) Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Tanto as estimativas quanto as premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões, no que tange às estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 05 - Aplicações Interfinanceiras de liquidez;
- Nota 06 - Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos;
- Nota 07 - Operações de Crédito, arrendamento mercantil e avais;
- Nota 09 – Imobilizado, ativos tangíveis e Intangíveis.
- Nota 19 - Instrumentos financeiros derivativos
- Nota 20 - Hedge Accounting;
- Nota 23 - Provisões e passivos por obrigação legal;

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3 Políticas Contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nas demonstrações financeiras pelas empresas do Grupo na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As Demonstrações financeiras do Grupo abrangem as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 das seguintes instituições e as respectivas participações:

Banco BBM S.A. e Agência Nassau (instituição líder)

BBM Bank Ltd. (a)

The Southern Atlantic Investments Ltd.(b)

BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (b)

BBM Administração de Recursos DTVM S.A. (b)

BBM Investment Management Services (a)

BBM Próton Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (c)

BBM Quark Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações (c)

- (a) O Banco BBM S.A. possui indiretamente 100% do capital social desta instituição.
- (b) O Banco BBM S.A. possui diretamente 100% do capital social destas instituições.
- (c) O Banco BBM S.A. possui 100% do patrimônio líquido destes fundos em 2010.

i. Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando o Grupo possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que esse controle cessa.

ii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aquelas dos fundos controlados pelo Grupo.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço e os resultados são convertidos para reais pela média ponderada das taxas câmbio do período. As variações cambiais decorrentes da conversão das subsidiárias são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido.

ii. Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição, são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados abrangentes incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividade do hedge) e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos menos as perdas relacionadas com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar.

g. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de receita líquida de negociação, receita líquida de outros instrumentos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

h. Despesas com arrendamento mercantil

Os pagamentos realizados em arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

i. Impostos (Inclui também Contribuição Social)

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio. Os impostos reconhecidos no Patrimônio Líquido são posteriormente registrados não resultado, na medida em que os ganhos e perdas que lhe deram origem forem reconhecidos.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para o imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota esperada para o Imposto de Renda de 25% e para a Contribuição Social de 15%.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

j. Ativos e passivos financeiros

i. Reconhecimento

Inicialmente, o Grupo reconhece os empréstimos, os depósitos, as captações obtidas na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos designados a valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos, quando não classificados na categoria a valor justo pelo resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação

Vide políticas contábeis 3(k), (l), (n) e (o).

iii. Baixa (Derecognition)

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Grupo, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Grupo efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiram.

Transações de transferência de ativos reconhecidos no balanço, em que são retidos os riscos e as recompensas dos ativos transferidos, ou uma parcela destes, tais ativos não são baixados do balanço e continuam a ser mensurados pelos mesmos critérios utilizados antes das transferências. As transferências de ativos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e as recompensas, incluem, por exemplo, empréstimo de títulos e transações de recompra.

Quando os ativos são vendidos a terceiros com troca simultânea total da taxa de retorno dos ativos transferidos, a transação é contabilizada como uma transação de financiamento com seguro, similar a transações de recompra. Em transações em que o Grupo não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Grupo deixa de exercer controle sobre este.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações de transferência de ativos é mantida a obrigação de prestar serviços em troca da cobrança de uma tarifa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou se foi inferior para realizar o serviço (um passivo).

iv. Confronto de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser confrontados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Grupo possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um grupo de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Grupo.

v. Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor do resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não recuperação.

vi. Avaliação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Grupo utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

vii. Identificação e avaliação de redução ao valor Recuperável de ativos financeiros

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo no resultado apresentam evidências de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Grupo considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer incidência de redução ao valor recuperável incorrido, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar incidência de redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda) possuem incidência de redução ao valor recuperável podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Grupo em termos em que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes no grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no grupo.

Na avaliação da incidência de redução ao valor recuperável coletivo, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, prazos de recuperação e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente comparados com os resultados reais para assegurar que continuem válidas.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas em empréstimos e adiantamentos. Os juros do ativo com incidência de redução ao valor recuperável continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

Quando um evento subsequente causa uma redução no volume da perda por redução ao valor recuperável, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por redução ao valor recuperável com títulos disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável em títulos disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é revertida contra o resultado do período.

Quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um título disponível para venda com redução ao valor recuperável, entretanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuível ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

viii. Ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado

O Grupo tem classificado ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado quando ocorre uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e relatados internamente com base no valor justo;
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer; ou
- O ativo ou passivo contém um derivativo embutido que modifica significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos pelo contrato.

A Nota Explicativa nº 21 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo no resultado. A descrição da base para classificação, está na nota referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

ix. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Lucro ou Prejuízo 'Dia 1'

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, o Banco imediatamente reconhece a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo 'Dia 1') em resultado líquido de negociação. Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é somente reconhecida na demonstração do resultado quando as variáveis possam ser observáveis, ou quando o instrumento for baixado.

k. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em caixa, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

I. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

m. Hedge accounting

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposição a riscos de mercado. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo através de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e estratégia de designar o hedge e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge.

Também no início do relacionamento de hedge, uma avaliação formal é efetuada para garantir que o instrumento de hedge é altamente efetivo em anular o risco designado na relação de hedge. Hedges são formalmente avaliados mensalmente. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo "hedgiado" durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

Derivativos mantidos para fins de administração de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo no balanço. O tratamento das mudanças no valor justo depende de sua classificação nas seguintes categorias:

i. Hedge de valor justo

Quando um derivativo é designado como hedge das variações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas imediatamente no resultado com as variações no valor justo do item objeto de hedge que são atribuíveis ao risco objeto de hedge (na mesma linha da demonstração de resultado que o item objeto de hedge).

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de hedge de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como hedge de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de hedge para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um hedge das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista considerada altamente provável de ocorrência que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de hedge. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de hedge de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como hedge de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do hedge de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. Hedge de investimento líquido no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como hedge de um investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

iv. Outros derivativos não destinados para negociação

Quando um derivativo não é mantido para negociação, e não está designado em um relacionamento de hedge, todas as mudanças de seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado como um componente do lucro líquido em outros instrumentos financeiros a valor justo. A comprovação da efetividade do hedge foi realizada em conformidade com as práticas contábeis definidas nas normas do IFRS.

n. Operações de crédito

Operações de crédito são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado em um mercado ativo, e que o Grupo não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As transações de arrendamento mercantil em que contratos de arrendamento transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o arrendatário estão apresentadas como operações de crédito.

Quando o Grupo adquire um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato para revendê-lo (ou um ativo substancialmente semelhante) a um preço fixado em uma data futura (empréstimo de ações, por exemplo), o contrato é contabilizado como operações de crédito, e o ativo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

As operações de crédito são mensuradas inicialmente pelo valor justo que é o valor para originá-las ou comprá-las mais quaisquer custos de transação, e subsequentemente avaliadas pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto quando se opta por contabilizar as operações de crédito a valor justo pelo resultado, conforme descrito na política contábil (j) (vii).

i. Empréstimos renegociados

Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Uma vez que os termos são renegociados, qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação dos termos do empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a serem sujeitos à avaliação individual de redução ao valor recuperável, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

o. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são inicialmente mensurados pelo seu valor justo mais os custos diretos da transação e são avaliados subsequentemente conforme sua classificação:

i. Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimento fixado que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até o vencimento, e que não são classificados pelo valor justo no resultado nem como disponíveis para venda.

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os mantidos até o vencimento para disponíveis para venda, e impedirá que o Grupo classifique títulos de investimento como mantidos até o vencimento no exercício financeiro corrente e nos próximos dois subsequentes.

ii. Valor justo pelo resultado

Alguns títulos e valores mobiliários são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, conforme descrito na prática contábil (j) (viii).

iii. Disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos não classificados em outra categoria de ativos financeiros, mantidos até o vencimento ou a valor justo no resultado. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado com segurança, são contabilizados pelo custo. Todos os demais investimentos disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Grupo passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou um evento de redução ao valor recuperável seja verificado, com o saldo da reserva no patrimônio líquido transferido para o resultado.

p. Aplicações e captações no mercado aberto (operações compromissadas)

Títulos vendidos com contrato de recompra e uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que os riscos e benefícios da posse são substancialmente retidos no consolidado.

O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “captações no mercado aberto”, refletindo a essência econômica da transação como uma dívida do consolidado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Quando a contrapartida tem o direito de vender ou de oferecer novamente os títulos como garantia, o consolidado reclassifica esses títulos no seu balanço patrimonial como ativos financeiros para negociação.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em aplicações no mercado aberto, refletindo a essência econômica da transação como um empréstimo do consolidado. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrado como receita de juros e é apropriada segundo o prazo do contrato, de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Se os títulos de adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada com uma venda a descoberto, incluída em passivos financeiros ao valor justo no resultado e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros ao valor justo.

q. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Grupo e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado. Imobilizados de arrendamento são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

iv. Baixa

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

r. Outros valores e bens

O Grupo possui outros valores e bens oriundos de execução das garantias de operações de crédito, que são avaliados inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo ou o valor do saldo remanescente da dívida, e quaisquer modificações no valor justo são reconhecidas no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

s. Ativos intangíveis

i. Softwares

Os softwares adquiridos pelo Grupo são registrados ao custo, no momento do reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

As despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do software de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os softwares desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares é de três a cinco anos.

t. Arrendamento mercantil - Arrendatário

Arrendamentos adquiridos nos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e os benefícios do ativo são classificados como arrendamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado ao valor justo ou ao valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, dos dois o menor. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável àquele ativo.

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto outros valores e bens e ativos de impostos diferidos, são revisados anualmente para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperáveis reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases pro-rata.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

v. Depósitos e títulos emitidos

Os depósitos e os títulos emitidos são as fontes com que o Grupo conta para financiamento da dívida.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de reposição ou empréstimo de ações para recomprar o ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura, o contrato é contabilizado como depósito e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital, de acordo com a substância dos termos contratuais do instrumento.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Grupo decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Grupo contabiliza alguns depósitos e títulos emitidos a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na prática contábil (j) (vii).

y. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Grupo espera usufruir são inferiores ao custo necessário para atender às obrigações assumidas no contrato. A provisão é mensurada pelo valor presente do custo estimado pela rescisão do contrato ou do custo líquido estimado pela continuidade deste, dos dois, o menor. Antes de se estabelecer uma provisão, o Grupo reconhece qualquer perda por depreciação nos ativos associados ao contrato.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que proviem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

x. Coobrigações e garantias prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco concede garantias financeiras, por meio de garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras como compromissos em contas de compensação.

Qualquer aumento em passivo associado com garantias financeiras é registrado no resultado em 'perdas de crédito'. O prêmio recebido é reconhecido no resultado em 'receita líquida de taxas e comissões' utilizando o método linear com base no termo de duração da garantia.

z. Benefícios aos empregados

As despesas de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo regime de competência nos períodos em que os empregados prestaram os serviços. É reconhecida um contas a pagar para bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos resultados se o Grupo tiver obrigação legal de pagar tal valor como resultado de serviços prestados no passado pelo empregado e a obrigação for estimada de modo confiável. Conforme a Lei 9.656 de 03/06/1998 é garantida aos ex-empregados, demitidos sem justa causa, que contribuíram mensalmente para assistência médica, o direito de manterem a condição de beneficiário, por um período mínimo de 06 (seis) meses e no máximo de até 02 (dois) anos, dependendo do tempo de empresa, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do contrato de trabalho. Para tanto o funcionário pode autorizar sua empregadora (Banco BBM) processar desconto em folha de pagamento equivalente a 1% (um por cento) dos valores incorridos pela cobertura do plano.

aa. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelo conselho de administração do Banco.

ab. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

ac. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas/emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Alterações do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

Alterações do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do período. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de julho de 2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.

IFRS 9 – “Financial Instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Grupo Financeiro Banco BBM. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

Alteração do IAS 19 – “Employee Benefits” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

IFRS 11 – “Joint Arrangements” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “Joint Arrangements” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “Joint Arrangements” em duas formas: “Joint Operations” e “Joint Ventures”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “Joint Ventures”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “Joint Arrangements”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

IFRS 13 – “Fair Value Measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

ad. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Alteração do IFRIC 13 – “Customer Loyalty Programmes” – esclarece o conceito de valor justo nos casos de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction”- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IFRIC 19 – “Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments” – trata da contabilização da liquidação de um débito por meio de instrumento de patrimônio. Esclarece que o ganho ou perda na liquidação de passivos financeiros por meio de instrumento de patrimônio devem ser reconhecidos no resultado. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IAS 1 – “Presentation of Financial Statements” – esclarece que uma entidade deverá divulgar uma análise de outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em notas explicativas. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IAS 24 – “Related Party Disclosure” – trata de novos requerimentos para o relacionamento com agências governamentais e exclui transações entre coligadas. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements” – determina que a perda de controle sobre uma subsidiária, perda de influência sobre uma coligada e perda de controle conjunto em uma joint venture são eventos similares e devem ser reconhecidos e mensurados a valor justo e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – estabelece condições às quais a emissão de certos direitos, em moeda funcional diferente da moeda funcional da entidade, pode ser classificada como instrumento de patrimônio. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IAS 34 – “Interim Financial Reporting” – requer a divulgação sobre transações e eventos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” – trata de isenções limitadas a partir das divulgações comparativas ao IFRS 7. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Alteração do IFRS 3 (R) – “Business Combinations” – trata das participações dos acionistas não controladores e opções adquiridas. Essa alteração de interpretação não gerou qualquer impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil		
	Consolidado Operacional		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e conta-correntes em Bancos	57.020	77.924	263.776
Reservas Livres em espécie com o Banco Central	1.248	1.681	4.976
Depósitos junto ao Banco Central do País Modelo (a)	686	565	16.527
Aplicações no mercado aberto (b)	47.795	982.454	1.387.457
Total	106.749	1.062.625	1.672.736

(a) Representado por crédito compulsório referente à Microfinanças e Crédito Rural.

(b) Operações compromissadas com vencimento até 90 dias. O volume total de operações compromissadas longas (prazo acima de 90 dias) totaliza R\$ 437.981 mil em 31 de dezembro de 2011.

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são como se segue:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Aplicações no Mercado Aberto	485.776	982.454	1.387.457
Posição Bancada	485.776	65.680	8.414
Letras do Tesouro Nacional	17.800	1.000	3.000
Letras Financeiras do Tesouro	24.997	59.403	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	442.979	5.277	
Títulos da Responsabilidade da União no Exterior			5.414
Posição Financiada		916.774	1.379.043
Letras Financeiras do Tesouro		594.286	
Notas do Tesouro Nacional - Série B		322.488	1.379.043
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.781	4.680	32.806
Aplicações em Moedas Estrangeiras	43.603	43.134	263.699
	553.160	1.030.268	1.683.962

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	Em R\$ Mil					
	Grupo Financeiro Banco BBM					
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
I-Títulos e Valores Mobiliários	423.472	396.366	938.799	938.511	6.887.770	6.926.275
Títulos para Negociação	221.600	191.662	93.811	94.962	6.802.244	6.839.963
Carteira Própria	109.766	109.842	92.906	94.054	427.127	430.188
Títulos de Renda Fixa	109.766	109.842			389.825	391.908
Notas do Tesouro Nacional - Série B	109.766	109.842			380.426	382.495
Letras do Tesouro Nacional					8.605	8.605
Notas do Tesouro Nacional - Série F					794	808
Títulos de Renda Variável			92.906	94.054	26.765	27.743
Ações de Companhias Abertas			4.133	5.272	11.931	12.909
Ações Recebidas por Empréstimos			381	389	1.009	1.009
Cotas de Fundos Renda Variável			88.392	88.393	13.825	13.825
Cotas de Fundos de Investimento	110.830	80.816				
Cotas de Fundo em Participações	110.830	80.816				
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior					10.537	10.537
Outros Títulos e Valores Mobiliários no Exterior					10.537	10.537
Vinculados a Compromissos de Recompra					6.018.817	6.051.547
Notas do Tesouro Nacional - Série B					6.018.817	6.051.547
Vinculados a Prestação de Garantias	1.004	1.004	905	908	356.300	358.228
Letras Financeiras do Tesouro	1.004	1.004	900	900	820	820
Ações de Companhias Abertas			5	8	999	999
Notas do Tesouro Nacional - Série B					354.000	355.925
Notas do Tesouro Nacional - Série F					481	484
Títulos Disponíveis para Venda	201.872	204.704	844.988	843.549	85.526	86.312
Carteira Própria	102.423	103.766	465.209	465.319	80.059	80.816
Títulos de Renda Fixa	102.349	103.469	465.131	465.077	79.981	80.524
Letras Financeiras do Tesouro	22.576	22.602	13.926	13.925		
Letras do Tesouro Nacional	13.886	14.018	355.841	355.537		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	64.587	65.462	54.595	54.789	44.691	44.847
Notas do Tesouro Nacional - Série C			3.125	3.144	2.808	2.860
Notas do Tesouro Nacional - Série F	1.300	1.387	1.294	1.330		
Títulos Emitidos pelo Intern. Finance Corporation			36.350	36.352	32.482	32.817
Títulos de Renda Variável	74	297	78	242	78	292
Ações de Companhias Abertas	74	297	78	242	78	292
Vinculados a Compromissos de Recompra			100.540	100.370		
Notas do Tesouro Nacional - Série B			100.540	100.370		
Vinculados a Prestação de Garantias	99.449	100.938	279.239	277.860	5.467	5.496
Letras Financeiras do Tesouro	16.514	16.508	9.015	9.014		
Letras do Tesouro Nacional	77.478	78.906	270.224	268.846		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.457	5.524			5.467	5.496
II-Instrumentos Financeiros Derivativos	3.362	3.294	29.121	27.947	64.370	58.405
Operações de Swap	3.138	3.105	3.054	2.509	21.042	18.692
Termo			24.252	24.252	39.290	39.290
Prêmio de opções	224	189	1.815	1.186	4.038	423
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	426.835	399.660	967.920	966.458	6.952.140	6.984.680

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Continuação)

Em R\$ Mil					
Grupo Financeiro Banco BBM					
Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	

III-Instrumentos Financeiros Derivativos

Posição Passiva	8.298	10.564	7.157	9.008	70.497	70.275
Operações de Swap	3.912	6.179	46	2.244	5.918	5.870
Termo	4.386	4.385	6.135	6.135	64.405	64.405
Prêmio de opções			976	629	174	

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças

Em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2010 as operações de crédito, de arrendamento mercantil e as garantias concedidas através de contratos de avais e fianças no Banco e no Consolidado Operacional, segregadas de acordo com a atividade econômica dos clientes, são como se segue:

Atividade Econômica	Em R\$ Mil					
	Grupo Financeiro Banco BBM					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
Açúcar e Alcool	138.726	14,34%	132.464	22,17%	290.661	21,66%
Energia Elétrica	50.897	5,26%	115.250	19,29%	165.920	12,36%
Pessoa Física	76.387	7,90%	105.363	17,63%	107.520	8,01%
Alimentos	139.377	14,41%	79.184	13,25%	149.914	11,17%
Agricultura	166.879	17,25%	57.996	9,70%	138.779	10,34%
Papel, Plásticos e Embalagens	49.106	5,08%	27.253	4,56%	137.378	10,24%
Veículos e Peças	553	0,06%	20.795	3,48%	28.535	2,13%
Construção e Engenharia	74.421	7,69%	19.217	3,22%	48.894	3,64%
Têxtil, Couro e Vestuário	13.492	1,39%	10.504	1,76%	46.684	3,48%
Financeiro	4.085	0,42%	8.540	1,43%	22.095	1,65%
Química e Petroquímica	125.364	12,96%	7.868	1,32%	18.612	1,39%
Mineração	5.744	0,59%	7.740	1,30%	27.664	2,06%
Metalurgia	30.583	3,16%	1.234	0,21%	11.574	0,86%
Comércio Exterior	37.856	3,91%	448	0,07%	70.369	5,24%
Bebidas e Fumo	5.082	0,53%	11	0,00%	8.756	0,65%
Serviços Especializados	10.106	1,04%			28.561	2,13%
Mat. de Construção e Decoração	24.670	2,55%			2.171	0,16%
Eletroeletrônica	13.794	1,43%				
Outras Atividades	398	0,04%	2.371	0,40%	7.519	0,56%
Farmacêutico			1.227	0,21%	14.152	1,05%
Transportes e Logística			138	0,02%	7.872	0,59%
Varejo					8.326	0,62%
Siderurgia					110	0,01%
Total	967.520	100%	597.603	100%	1.342.066	100%

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

As operações de crédito estão apresentadas nos balanços patrimoniais do Consolidado Operacional da seguinte forma:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Operações de Crédito (a)	956.701	581.760	1.231.760
Setor Privado	956.701	581.760	1.223.602
Setor Público			8.158
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas (b)	10.819	15.843	110.306
Sub-total	967.520	597.603	1.342.066

(a) Incluem operações de arrendamento mercantil no valor de R\$ 10.502. Em atendimento às diretrizes contábeis estabelecidas, e objetivando compartilhar práticas contábeis específicas, como o valor presente dos fluxos futuros das carteiras de arrendamento, foi calculado o valor atual dos arrendamentos a receber utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

(b) Referem-se a garantias concedidas através de avais, fianças e operações de carta de crédito de importação. As garantias concedidas são registradas em contas de compensação e os respectivos rendimentos são classificados em Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado do período de acordo com os prazos contratuais das garantias.

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

Em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2010, as operações de crédito, de arrendamento mercantil e as garantias concedidas através de contratos de avais e fianças no Consolidado Operacional estavam segregadas pelas seguintes faixas de vencimento, agrupadas de acordo com os vencimentos das parcelas:

Faixas de Vencimento	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
A vencer em até 90 dias	210.858	67.649	368.504
A vencer entre 91 e 180 dias	210.343	66.375	171.535
A vencer entre 181 e 360 dias	380.268	115.653	281.846
A vencer acima de 360 dias	156.403	238.864	410.063
Vencidas em até 14 dias	2.842	14.184	11.373
Vencidas entre 15 e 60 dias	1.452	47.717	15.675
Vencidas entre 61 e 90 dias	569	5.029	16.049
Vencidas entre 91 e 180 dias	1.924	34.032	23.309
Vencidas entre 181 e 360 dias	2.463	5.729	36.193
Carteira Cedida Earn out (a)	398	2.371	7.519
Total	967.520	597.603	1.342.066

(a) Contrato de cessão de direitos créditos cujo prazo para efetiva recuperação será de até 5 anos através de pagamentos espontâneos dos devedores ou através de execução judicial/extrajudicial que será imediatamente devido pelo cessionário ao Banco BBM valor adicional variável correspondente a 80% dos créditos efetivamente recuperados e limitado a determinado valor.

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

A provisão acima está apresentada no balanço patrimonial do Consolidado Operacional conforme se segue:

	Em R\$ Mil		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisão para Operações de Crédito	21.891	113.608	129.439
Total	21.891	113.608	129.439

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram renegociadas operações no Consolidado Operacional no montante de R\$ 28.631 mil.
 (Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 23.338 mil, 01 de janeiro de 2010 – R\$ 89,4 mil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperadas operações no Consolidado Operacional no montante de R\$ 7.793 mil. (Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 -R\$ 3.408 mil).

O grupo alienou contratos sem coobrigação nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 01 de janeiro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	Em R\$ Mil		
	Empresa Ligada		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Quantidade de Contratos	20	15	36
Montante da cessão	7.000	14.179	7.249
Valor contábil líquido de provisão			33.965
Resultado auferido nas cessões	7.000	14.179	(26.716)

7 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Avais e Fianças (Continuação)

A concentração do risco de crédito no Consolidado Operacional é assim demonstrada:

	Em R\$ Mil					
	31/12/2011	%	31/12/2010	%	01/01/2010	%
Principal devedor	70.199	7,3%	80.873	13,6%	86.907	6,5%
10 maiores devedores	266.344	27,5%	275.643	46,3%	430.123	32,2%
20 maiores devedores	437.051	45,2%	384.154	64,5%	614.968	46,1%
50 maiores devedores	802.304	83,0%	515.940	86,7%	927.061	69,5%
100 maiores devedores	941.432	97,3%	539.959	90,7%	1.167.113	87,5%

A composição da carteira de crédito por modalidade no Consolidado Operacional é apresentada da seguinte forma:

	Em R\$ Mil		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Capital de Giro	460.867	170.798	521.600
Trade Finance	444.661	273.227	439.235
Repasses da Res. 2770 e Res. 3221			73.014
Repasses do BNDES	4.840	11.287	19.980
Arrendamento Mercantil	10.502	43.820	69.529
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	10.819	15.843	28.334
Crédito Consignado	23.067	55.358	140.067
Outros	12.764	27.270	50.307
Total	967.520	597.603	1.342.066

8 Outros Créditos

	Em R\$ Mil		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Outros Ativos Financeiros			
Câmbio Comprado a Liquidar	301.561	1.351.553	395.701
Direitos sobre Vendas de Câmbio	248.647	999.093	191.664
Rendas a Receber	1.152	1.859	676
Caixa de registro e liquidação		5.816	109.341
Devedores - Conta liquidações pendentes	5.149	2.450	12.715
Ajustes a liquidar - Mercado de Futuros			11.311
Relações com Correspondentes	2.086	26	4.697
Total	558.595	2.360.796	726.105
Outros Passivos Financeiros			
Câmbio Vendido a Liquidar	250.453	999.240	191.444
Obrigações por Compras de Câmbio	279.937	1.360.691	411.605
Outros		73	77
Caixa de registro e liquidação	10.643	973	114.190
Credores - Conta Liquidações Pendentes		1.496	8.114
Ajustes a liquidar - Mercado de Futuros	2.398	4.289	
Credores por empréstimos de Ações		390	6.535
Posição Vendida de Títulos e Valores Mobiliários			1.008
Outros valores		6.985	9.928
Total	543.431	2.374.137	742.901

9 Ativos tangíveis, Imobilizado e Intangíveis

Ativos Tangíveis e Imobilizado	Terrenos e edificações	Móveis, instalações e equipamentos	Outras imobilizações	Obras de Benfeitoria	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1	10.570	13.097	31.666	55.334
Aquisições			202		202
Alienações		(47)		(16.153)	(16.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1	10.523	13.299	15.513	39.336
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1	10.523	13.299	15.513	39.336
Aquisições					-
Alienações		(137)	165	(6.334)	(6.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1	10.386	13.464	9.179	33.030
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável					
Saldo em 1º de janeiro de 2010		(4.096)	(7.857)	(14.134)	(26.087)
Depreciação do exercício		(701)	(1.284)	5.769	3.784
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(4.797)	(9.141)	(8.365)	(22.303)
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(4.797)	(9.141)	(8.365)	(22.303)
Depreciação do exercício		(402)	(849)	2.914	1.663
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(5.199)	(9.990)	(5.451)	(20.640)
Valor contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1	6.474	5.240	17.532	29.247
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1	5.726	4.158	7.148	17.033
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1	5.726	4.158	7.148	17.033
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1	5.187	3.474	3.728	12.390

9 Ativos tangíveis, Imobilizado e Intangíveis (Continuação)

Ativos Intangíveis	Softwares adquiridos/ desenvolvidos	Total
Custo de aquisição		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	12.468	12.468
Aquisições		
Alienações	(6.649)	(6.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.819	5.819
Saldo em 1º de janeiro de 2011	5.819	5.819
Aquisições	1.181	1.181
Alienações		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.000	7.000
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(3.870)	(3.870)
Depreciação do exercício	(436)	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(4.306)	(4.306)
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(4.306)	(4.306)
Depreciação do exercício	(623)	(623)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(4.929)	(4.929)
Valor contábil		
Saldo em 1º de janeiro de 2010	8.598	8.598
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.513	1.513
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1.513	1.513
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.071	2.071

10 Depósitos

Faixas de Vencimento	Em R\$ Mil				
	Grupo Financeiro Banco BBM				
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2011	Total 31/12/2010	Total 01/01/2010
Até 1 mês	38.747	-	38.747	116.456	139.973
De 1 a 3 meses	69.814	5.679	75.493	6.666	122.381
De 3 a 6 meses	117.213	124.232	241.445	27.052	375.410
De 6 a 12 meses	184.117	16.217	200.334	39.134	173.846
Acima de 12 meses	224.772	-	224.772	203.753	178.933
Sub-total	634.663	146.128	780.791	393.061	990.543
Depósitos à Vista e outros depósitos			12.128	34.815	79.590
Total			792.919	427.876	1.070.133

O prazo médio de emissão dos depósitos interfinanceiros e a prazo, para as operações em aberto em 31 de dezembro de 2011, no Consolidado Operacional, é de 341 dias e 574 dias (31 de dezembro de 2010 - 679 e 523 dias - 01 de janeiro de 2010 - 466 e 538 dias), respectivamente.

Prazos de Vencimento quando da Emissão	Em R\$ Mil				
	Grupo Financeiro Banco BBM				
	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Total 31/12/2011	Total 31/12/2010	Total 01/01/2010
Até 1 mês	653	-	653	67.221	5.395
De 1 a 3 meses	37.617	-	37.617	18.508	17.970
De 3 a 6 meses	8.210	5.079	13.289	37.394	115.316
De 6 a 12 meses	152.185	86.733	238.918	25.983	272.930
Acima de 12 meses	435.998	54.316	490.314	243.955	578.932
Sub-total	634.663	146.128	780.791	393.061	990.543
Depósitos à Vista e outros depósitos			12.128	34.815	79.590
Total			792.919	427.876	1.070.133

10. Depósitos (Continuação)

A composição por segmento do Consolidado Operacional apresenta-se da seguinte forma:

	Em R\$ Mil								
	Depósitos à Vista			Depósitos a Prazo			Depósitos Interfinanceiros		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Assets	168	18.680	48.850	96.719	81.291	358.692			
Pessoas Jurídicas	8.808	13.311	29.881	170.722	116.308	127.827			
Instituições Financeiras	1.609	5	156	67.792		1.276	146.128	39.318	227.076
Clientes Institucionais				19.977	50.379	95.172			
Pessoas Físicas	479	395	703	151.799	105.765	180.500			
Grupo	1.064	2.424		127.654					
Total	12.128	34.815	79.590	634.663	353.743	763.467	146.128	39.318	227.076

Em R\$ Mil					
Total					
31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
96.887	12,2%	99.971	23,36%	407.542	38,08%
179.530	22,6%	129.619	30,29%	157.708	14,74%
215.529	27,3%	39.323	9,19%	228.508	21,35%
19.977	2,5%	50.379	11,77%	95.172	8,89%
152.278	19,2%	106.160	24,81%	181.203	16,93%
128.718	16,2%	2.424	0,57%		
792.919	100,0%	427.876	100,0%	1.070.133	100,0%

A concentração dos principais clientes no Consolidado Operacional é conforme demonstrado abaixo:

	Em R\$ Mil					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
Principal depositante	124.430	15,66%	64.951	8,19%	96.211	42,37%
10 maiores depositantes	452.455	56,94%	304.017	38,34%	531.866	234,22%
20 maiores depositantes	581.120	73,13%	382.971	48,30%	738.917	325,41%
50 maiores depositantes	726.337	91,41%	424.639	53,55%	946.853	416,98%
100 maiores depositantes	780.299	98,20%	427.552	53,92%	1.038.964	457,54%

11 Obrigações por Operações Compromissadas

As obrigações por operações compromissadas no Consolidado Operacional estão compostas da seguinte forma:

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco	
	31/12/2010	01/01/2010
Carteira Própria	100.019	6.034.168
Notas do Tesouro Nacional - Série B	100.019	6.034.168
Carteira de Terceiros	919.586	1.381.027
Letras Financeiras do Tesouro	594.310	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	325.276	1.381.027
Carteira de Livre Movimentação		5.373
Títulos de Responsabilidade da União no Exterior		5.373
	1.019.605	7.420.568

Em 31 de dezembro de 2011, não existiam posições de operações de venda com compromisso de recompra no Consolidado operacional.

12 Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares.

O Banco BBM S.A. possui um programa de emissão de Euro Medium – Term Notes através de sua agência em Nassau, Bahamas, no valor total de US\$ 500.000 mil. Em novembro de 2006 foram emitidos US\$ 150.000 mil deste programa, com pagamento de juros semestrais correspondentes a 7,5% ao ano a qual foi liquidada em novembro de 2009.

O Banco BBM possui uma emissão de Eurobônus no valor de R\$ 384.396 mil, em dezembro de 2011, adquiridos pela The Southern Atlantic Investments Ltd. Em 23 de dezembro de 2009 foram emitidos US\$ 100.000 mil com vencimento em 28 de dezembro de 2012 e em 16 de março de 2011 foram emitidos US\$ 105.000 mil com vencimento em 27 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011, as captações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras (LF), estavam segregadas por faixa de vencimento como se segue: (Em 31 de Dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2010, não havia operações em aberto no Consolidado Operacional).

Em R\$ Mil			
Consolidado Operacional			
Vencimento	LCA (a)	LCI (b)	LF (c)
Até 1 mês	35.579		
De 1 a 3 meses	24.334	321	
De 3 a 6 meses	43.123	1.263	
De 6 a 12 meses	45.216	936	
Acima de 12 meses	23.174	1.351	45.241
Total	171.426	3.871	45.241

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) remunerada por percentual do CDI é um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários do agronegócio e emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCA é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, sob a Lei nº 11.076/2004 e Lei nº 11.311/2006 e alterações posteriores.

(b) A LCI, Letra de Crédito Imobiliário, é um título de crédito nominativo criado pela MP 2.223 de 04/09/2011, que resultou na Lei 10.931 de 02/08/2004, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

(c) A Letra Financeira (LF) remunerada por percentual do CDI é um título de crédito nominativo e emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LF é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, sob a Lei no. 12.249/10 (Seção II, artigos 37 a 43), e regulamentada pelo CMN (Lei no. 3.836).

13 Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos no Exterior

As obrigações por empréstimos no exterior no Consolidado Operacional são compostas conforme se segue:

	Em R\$ Mil		
	Consolidado Operacional		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Obrigações por Empréstimos no Exterior	228.743	483.587	492.602
Linha de Crédito de Exportação	102.222	6.275	7.583
Linha de Crédito de Importação		38.692	98.618
	330.965	528.554	598.803

O montante de R\$ 215.855 mil no Consolidado Operacional (31 de dezembro de 2010 – R\$ 215.855 mil no Consolidado Operacional) engloba duas operações de captação em reais tomadas junto ao “International Finance Corporation” (IFC), órgão do Banco Mundial, com vencimentos em julho de 2013 e janeiro de 2014 indexadas ao CDI.

b) Repasses no país

As obrigações por repasses no país, no montante de R\$ 4.833 mil (31 de dezembro de 2010 – R\$ 11.275 mil), dos quais R\$ 397 mil (31 de dezembro de 2010 – R\$ 4.370 mil) correspondem a linhas de crédito captadas junto ao FINAME e FINEM, vencíveis até maio de 2013, sendo R\$ 2.825 indexadas à TJLP, R\$ 2.013 mil indexadas ao CDI (31 de dezembro de 2010 – vencimentos até Maio de 2013, sendo R\$ 5.871 mil indexadas à TJLP, R\$ 5.028 mil indexados ao CDI e R\$ 376 mil prefixados).

14 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social – Banco BBM S.A.

O capital social é composto de 257.560.034 ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,60 cada uma, sendo 172.156.270 ações ordinárias e 85.403.764 ações preferenciais.

(b) Reserva Legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.

(c) Reserva Estatutária

De acordo com o estatuto social, é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais.

(d) Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco BBM possui 67.987.559 ações para manutenção em tesouraria no valor de R\$ 176.788 mil.

Em 01 de março de 2011, o Banco BBM alienou 4.398.426 ações a um valor unitário por ação de R\$ 2,62.

Em 28 de março de 2011, o Banco BBM adquiriu 23.715.144 ações ON a um valor unitário por ação de R\$ 2,62, permanecendo com estas em tesouraria.

Em 28 de março de 2011, o Banco BBM alienou 6.165.113 ações a um valor unitário por ação de R\$ 2,62,

Em 31 de outubro de 2011, o Banco BBM adquiriu 1.282.650 ações ON a um valor unitário por ação de R\$ 2,80, permanecendo com estas em tesouraria.

(e) Juros sobre o Capital Próprio e dividendos

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, o Banco BBM S.A., no exercício de 2011, declarou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 29.651 mil (2010 – R\$ 37.845 mil), tendo sido retido na fonte imposto de renda de R\$ 4.448 mil (2010 - R\$ 5.677 mil), calculado à alíquota de 15%. O referido valor foi determinado de acordo com os limites legais em vigor e classificado nos registros oficiais no grupo “Outras Despesas Operacionais”.

Para fins de publicação da demonstração de resultado, conforme estabelecido pela Circular nº 2.739 do BACEN, a despesa incorrida relativa ao pagamento de juros sobre o capital próprio foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados, sendo apresentada na demonstração das mutações do patrimônio líquido como destinação do resultado.

Os juros sobre o capital próprio propostos no exercício de 2011 reduziram o encargo fiscal em R\$ 11.861 mil (2010 – R\$ 15.138 mil).

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

14 Patrimônio Líquido (Continuação)

	Em R\$ Mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício - Banco BBM S.A.	73.350	27.902
(-) Reserva Legal	(3.668)	(2.339)
Base de cálculo	69.683	25.563
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
	17.421	6.391
Juros Sobre Capital Próprio Deliberados	29.951	37.845
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	17.161	1.280

(f) Ajustes realizados no Patrimônio para IFRS

Em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, a variação cambial de investimentos no exterior apurada nos anos de 2011 e 2010 foi reclassificada do resultado para o patrimônio líquido e evidenciada na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) no valor de R\$ 1.388 e R\$ 1.505, respectivamente.

15 Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Operações de Câmbio

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2011	31/12/2010
Operações de Captação no Mercado		
Depósitos Remunerados no Exterior	(19)	(164)
Depósitos Interfinanceiros	(12.078)	(12.991)
Depósitos a Prazo	(61.751)	(43.579)
Operações Compromissadas	(446.680)	(257.544)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.563)	
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(96)	
Despesas de Letras Financeiras	(1.674)	
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(332)	(1.176)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.302)	(1.319)
Variação Cambial (a)	131	1.078
	(529.364)	(315.695)
Operações de Empréstimos Cessões e Repasses		
Despesas de Repasses do BNDES	(598)	(1.204)
Despesas de Empréstimos no Exterior	(38.294)	(35.202)
Variação Cambial	3.370	11.510
Receitas (Despesas) de Empréstimos de Ações	(30)	(209)
Outras Despesas		(85)
	(35.553)	(25.190)
Resultado de Operações de Câmbio		
Receitas de Adiantamentos de Contratos de Câmbio	16.109	12.410
Variação e Diferenças de Taxas	32.480	1.160
Outras Despesas	(1.107)	(896)
	47.481	12.674

(a) Refere-se substancialmente aos efeitos de variação cambial sobre os empréstimos obtidos pelo Banco junto à sua Agência no exterior, através de repasse de recursos captados em moeda estrangeira, que em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reclassificados, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, da conta de Outras Receitas Operacionais para a conta de Despesas de Operações de Captação no Mercado.

16 Receitas de Serviços

	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco	
	31/12/2011	31/12/2010
Taxas de Administração e Performance	43.076	87.203
Outros Serviços	1.976	5.917
	45.052	93.120

17 Outras Receitas/Despesas Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2011	31/12/2010
Água, Energia e Gás	(1.113)	(1.179)
Aluguéis	(4.433)	(5.531)
Comunicações	(2.645)	(5.352)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.040)	(1.024)
Material	(140)	(196)
Processamento de Dados	(2.458)	(3.996)
Promoções/Propaganda/Publicações	(1.291)	(1.086)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.306)	(9.348)
Serviços de Terceiros	(1.248)	(6.369)
Serviços de Vigilância Segurança	(242)	(355)
Serviços Técnicos Especializados	(9.081)	(8.014)
Transporte	(331)	(417)
Viagem	(1.399)	(1.224)
Outras Despesas Administrativas	(4.352)	(7.594)
	(36.079)	(51.685)

Despesas de Pessoal	Em R\$ Mil	
	Grupo Financeiro Banco BBM	
	31/12/2011	31/12/2010
Salários	(23.196)	(33.174)
Contribuição Social	(8.127)	(12.678)
Fundo de Garantia	(2.051)	(2.749)
Outros Benefícios	(5.251)	(6.140)
Participações no Lucro a pagar	(31.138)	(41.389)
Participações no Lucro diferida	(4.497)	
	(74.260)	(96.130)

18 Transações Relevantes com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com partes relacionadas são as seguintes:

	Em R\$ Mil		
	Consolidado Operacional		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo			
Outros Créditos	158		137
Negociação e Intermediação de Valores	127		137
Valores a Receber Sociedades Ligadas	31		
Diversos		178	52
Diversos		178	52
Passivo			
Depósitos à Vista	1.546	2.893	7.907
Ravenala S.A.	420	1.737	2.898
Evora S.A.	569	358	3.820
Pessoas físicas/jurídicas ligadas	557	798	1.189
Depósitos a Prazo	167.695	65.231	86.472
Pronor Petroquímicas	99.898	27.597	24.841
Ravenala S.A.	25.806	24.332	
Evora S.A.	1.950	1.615	
Pessoas físicas/jurídicas ligadas	40.041	11.687	61.631
Dividendos e Bonificações a Pagar	12.790	36.565	3.090
Juros sobre Capital Próprio creditado a acionistas.	12.790	36.565	3.090
Sociais e Estatutárias	11.318		
Gratificações a pagar para administradores	11.318		
Diversas		7	302
Resultado			
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	46.010	(15.559)	
BBM Bank Limited	(17.422)	(22.349)	
The Southern Atlantic Investments Ltd	63.166	6.790	
Banco BBM S.A. Nassau Branch	266		
Operações de Captação no Mercado			
Despesas com Depósitos a Prazo	(15.128)	(2.540)	
Pronor Petroquímicas	(9.012)	(1.075)	
Ravenala S.A.	(2.328)	(947)	
Evora S.A.	(176)	(63)	
Outras pessoas físicas ligadas	(3.612)	(455)	
Outras Despesas Administrativas	(2)	(1)	
Prestação de Serviços	(2)	(1)	
BBM Bank Limited	(2)	(1)	
Remuneração dos Administradores	(13.853)	(19.005)	

As operações entre partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

19 Remunerações de diretores e pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores totalizou R\$ 17.763 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 22.248 mil em 31 de dezembro de 2010). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) remuneração paga/diferida à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. (vide quadro abaixo).

Tipo	Descrição	Total	
		31/12/2011	31/12/2010
Diretor	Pro-Labore	3.106	2.308
Conselheiro	Pro-Labore	538	705
Diretor	Assistência Médica	192	172
Conselheiro	Assistência Médica	73	58
Diretor	Remuneração Variável a pagar	9.356	19.005
Diretor	Remuneração Variável diferida	4.497	
Total		17.763	22.248

O Banco BBM, em 2011, não possuía benefícios de longo prazo. A partir de janeiro de 2012, será implementado um plano de remuneração variável para os ocupantes do cargo de diretores estatutários do Banco BBM de acordo com o disposto na Resolução 3.921/2010 do BACEN.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;

Qualquer entidade controlada pela Instituição; ou.

Qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

20. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco e as demais instituições do Consolidado Operacional participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

De acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos designados para compensar, no todo ou em parte, exposições a risco decorrentes de ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista (item objeto de *hedge*), desde que sejam considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *hedge* de risco de mercado - Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- *hedge* de fluxo de caixa - Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos", até a realização do item objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Adicionalmente são efetuadas operações de "macro hedging" com o objetivo de proteger, no todo ou em parte, a exposição líquida do Consolidado Operacional aos riscos de juros e câmbio, além de operações com posições direcionais. A administração desses riscos é efetuada através de políticas que definem a estratégia de operação, assim como os controles de acompanhamento e definição dos limites de posição. Estas operações realizadas não se enquadram na classificação de "hedge" de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082.

As operações são negociadas, registradas ou custodiadas na BM&F Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No Consolidado Operacional, as operações com derivativos internacionais são negociadas e registradas no mercado de balcão, na "Chicago Board of Trade - CBOT" ou na "Chicago Mercantile Exchange - CME".

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são:

- Futuros: valor do ajuste diário das operações;
- Swaps e Termo: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&F ou preços dos ativos objetos;
- Opções: preço médio de negociação no dia da apuração, ou quando não disponível, o preço calculado com base em modelos de precificação, como o modelo Black & Scholes.

Em 31 de dezembro de 2011, as garantias envolvidas nas operações com instrumentos financeiros e derivativos estão representadas basicamente por títulos públicos no montante total de R\$ 112.962 mil (31 de dezembro de 2010 - R\$ 155.416 mil).

Os compromissos assumidos decorrentes desses instrumentos financeiros, registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 01 de janeiro de 2010 vencíveis até janeiro de 2017, podem ser assim demonstrados:

Swap e Termo - Consolidado Operacional

	Consolidado Operacional																	
	Valores pelas taxas e indexadores contratados									Valor de mercado								
	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010			31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
Ativo	Passivo	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	
A) Referenciado em																		
Moedas (*)	1.263	5.648	(4.385)	11.541	3.220	8.321	1.013.402	1.136.517	(123.115)	1.263	5.648	(4.385)	11.541	3.220	8.321	1.013.402	1.138.852	(125.450)
Taxas de Juros	46.268	47.759	(1.491)	119.233	118.411	822	5.294.330	4.917.591	376.739	46.268	50.060	(3.792)	119.191	117.416	1.776	5.294.491	4.916.814	377.677
Outros	7.966	7.309	657	29.906	27.551	2.355	45.213	285.979	(240.766)	7.966	7.309	657	30.000	29.395	605	45.361	286.691	(241.330)
	55.497	60.716	(5.219)	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	55.497	63.016	(7.519)	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
B) Contrapartes																		
Clientes Institucionais				122.515	121.091	1.425	446.379	5.277.627	(4.831.248)				122.506	121.219	1.287	446.384	5.278.465	(4.832.081)
Instituições Financeiras	9.228	12.957	(3.729)	19.242	9.707	9.534	5.853.110	1.010.314	4.842.796	9.228	12.957	(3.729)	19.303	9.707	9.596	5.853.259	1.010.314	4.842.945
Pessoas Jurídicas	46.269	47.759	(1.490)	18.924	18.384	540	53.456	52.146	1.310	46.269	50.059	(3.790)	18.924	19.104	(181)	53.611	53.578	33
	55.497	60.716	(5.219)	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	55.497	63.016	(7.519)	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
C) Vencimentos																		
Até 3 meses	8.878	12.605	(3.727)	10.314	2.034	8.280	1.365.292	1.353.796	11.496	8.878	12.609	(3.730)	10.314	2.034	8.280	1.365.310	1.354.080	11.230
De 3 a 6 meses	12.303	12.454	(151)	125.917	125.524	393	888.334	886.930	1.404	12.303	12.786	(483)	125.907	123.933	1.975	888.387	887.118	1.269
De 6 a 12 meses	34.316	35.657	(1.341)	16.249	15.758	491	267.102	265.967	1.135	34.316	37.624	(3.307)	16.225	16.383	(158)	267.192	267.765	(573)
Acima de 12 meses				8.201	5.866	2.335	3.832.217	3.833.394	(1.177)				8.286	7.680	606	3.832.365	3.833.394	(1.029)
	55.497	60.716	(5.219)	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	55.497	63.016	(7.519)	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897
D) Operações realizadas																		
BM&F	7.966	7.310	656	28.907	28.366	541	5.923	5.971	(48)	7.965	7.310	655	29.001	28.396	605	6.071	5.971	100
CETIP	46.268	47.758	(1.490)	119.232	116.597	2.635	377.491	366.862	10.629	46.268	50.060	(3.792)	119.191	117.416	1.776	377.652	369.909	7.743
SELIC							39.290	39.290	-							39.290	39.290	-
Balcão	1.262	5.648	(4.386)	12.541	4.219	8.322	5.930.241	5.927.964	2.277	1.263	5.649	(4.385)	12.541	4.219	8.322	5.930.241	5.927.187	3.054
	55.497	60.716	(5.219)	160.681	149.182	11.499	6.352.945	6.340.087	12.858	55.497	63.016	(7.519)	160.733	150.031	10.702	6.353.254	6.342.357	10.897

(*) Inclui operações de "swap" de moedas com limitador inferior em taxa de juros.

Opções

	Consolidado Operacional									
	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010			Risco
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Risco	Valor de Custo	Valor de Mercado	Risco	Valor de Custo	Valor de Mercado	Risco	
A) Direitos sobre										
Moedas	101	66	101	839	557	24.514	4.038	423	11.306	
	101	66	101	839	557	24.514	4.038	423	11.306	
B) Obrigações sobre										
Moedas							174			
							174			
C) Contrapartes										
Bolsas	101	66	101	839	557	24.514	3.864	423	11.306	
	101	66	101	839	557	24.514	3.864	423	11.306	
D) Vencimentos										
Até 3 meses	101	66	101	839	557	24.514	2.928	206	8.702	
De 3 a 6 meses							523	81	1.176	
De 6 a 12 meses							413	136	1.428	
	101	66	101	839	557	24.514	3.864	423	11.306	
E) Operações realizadas										
Em Bolsas	101	66	101	839	557	24.514	3.864	423	11.306	
	101	66	101	839	557	24.514	3.864	423	11.306	

Contratos de Futuros

	Em R\$ Mil		
	Consolidado Operacional		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
A) Referenciado em			
Cupom Cambial			
Posição Ativa (DDI e SCC)	934.118	601.714	4.230.559
Posição Passiva (DDI e SCC)	(740.528)	(2.552.736)	(1.702.386)
Taxas de Juros (DI1)			
Posição Ativa	25.286	396.681	468.655
Posição Passiva	(1.313.650)	(905.412)	(2.639.128)
Taxas de Juros Externa			
Posição Ativa			476.469
Posição Passiva	(28.494)	(73.982)	(352.501)
Índices			
Posição Passiva		(2.452)	(13.145)
Moeda Estrangeira			
Posição Ativa	193.770	831.600	1.181.349
Posição Passiva	(81.781)	(285.361)	(21.002)
Commodities			
Posição Ativa			9.034
Posição Passiva			(9.034)
	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870
B) Contrapartes			
Bolsas	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870
	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870
C) Vencimentos			
Até 3 meses (I)	(46.379)	(915.216)	2.447.054
De 3 a 6 meses (II)	(175.590)	(38.113)	870.212
De 6 a 12 meses (III)	(154.269)	88.955	1.442.428
Acima de 12 meses	(635.041)	(1.125.573)	(3.130.824)
	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870
D) Operações realizadas			
Em Bolsas	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870
	(1.011.279)	(1.989.948)	1.628.870

- (I) Inclui contratos de futuros com vencimento até 01 de abril de 2012.
- (II) Inclui contratos de futuros com vencimento entre 02 de abril de 2012 a 01 de Julho de 2012.
- (III) Inclui contratos de futuros com vencimento entre 02 de Julho de 2012 a 02 de janeiro de 2013.

As posições no mercado de futuros incluem as seguintes posições com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente:

- Contratos vendidos de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 208.606 mil
- (31 de dezembro de 2010, contratos vendidos de cupom cambial (DDI) no valor de R\$ 1.559.642 mil);
- Contratos vendidos em juros (DI1) no valor de R\$ 334.727 mil
- (31 de dezembro de 2010, contratos comprados em juros (DI1) no valor de R\$ 396.681 mil);
- Contratos comprados em moeda (DOL) no valor de R\$ 193.770 mil
- (31 de dezembro de 2010, contratos comprados em moeda (DOL) no valor de R\$ 831.600 mil);
- Contratos comprados de cupom cambial (SCC) no valor de R\$ 4.659 mil
- (31 de dezembro de 2010, contratos comprados de cupom cambial (SCC) no valor de R\$ 33.031 mil).

Os valores de receitas e de despesas líquidas com Instrumentos Financeiros Derivativos estão demonstrados a seguir:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Operacional	
	31/12/2011	31/12/2010
Contratos de Futuros	583	(27.304)
Contratos de Opções	(2.437)	(779)
Contratos de "Swap" e Termo	(20.809)	2.871
Total	(22.662)	(25.212)

21. Hedge accounting

Em 31 de dezembro de 2011, não existiam instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de risco de mercado no Consolidado Operacional, dado que todas as operações foram liquidadas em junho de 2011. (31 de dezembro de 2010 – 249.571 mil, 01 de janeiro de 2010 – R\$ 265.840 mil). O item objeto do hedge eram transações passivas sujeitas à variação do cupom cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de investimento no exterior, representados por contratos de NDF com valor referencial de US\$ 230,000 mil, valor a mercado de US\$ 118,301 e vencimento em Janeiro de 2012. O item objeto de hedge é representado pelo investimento (participação direta e integral) da empresa The Southern Atlantic Investments Ltd no capital da empresa BBM Bank Ltd sujeitas à variação cambial. Ambas as empresas estão situadas no exterior.

22 Gerenciamentos de riscos financeiros

Introdução e visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, sobre os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Grupo bem como sobre seu gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Comitê Executivo é o responsável geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Banco BBM. Mensalmente ocorre o Comitê de Risco de Mercado e semanalmente o Comitê de Risco de Crédito.

As políticas de gerenciamento de risco do Banco BBM têm como objetivo nortear a estratégia da instituição no controle e gerenciamento dos riscos por ela incorridos. Tanto as políticas como os sistemas de gerenciamento de risco são revisados regularmente para refletir as mudanças nas condições do mercado, dos produtos e dos serviços oferecidos.

O Banco BBM centraliza a estrutura de controle de riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito de todo o grupo. Esta segue as recomendações do comitê de Basileia e fornece à alta administração do grupo um panorama geral dos riscos incorridos pelo conglomerado.

O Comitê de Auditoria do Banco BBM é responsável por monitorar o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco do Banco e por analisar a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação ao risco enfrentado pelo Banco. O Comitê de Auditoria é assessorado nestas funções pela Área de Auditoria Interna que periodicamente verifica os controles e procedimentos de gerenciamento de risco, apresentando suas conclusões ao Comitê de Auditoria.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de risco e as políticas para cada um dos riscos descritos acima podem ser encontrados no site www.bancobbm.com.br, na seção Governança Corporativa – Controle de Risco.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- O risco de crédito de contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência entendida como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Gerenciamento de risco de crédito

A área de Risco de Crédito é responsável pelos procedimentos necessários para efetivo cumprimento das políticas estabelecidas e possui as seguintes atribuições:

- Centralizar e avaliar informações referentes ao gerenciamento do risco de crédito;
- Assegurar que os limites operacionais sejam observados;
- Divulgar relatórios para auxílio na tomada de decisão dos limites de crédito aprovados no Comitê de Crédito;
- Avaliar previamente novas modalidades de operação com respeito ao risco de crédito.

A área de Análise de Crédito é responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais o banco mantém ou estuda manter relações creditícias.

O Departamento de Contratos é responsável por verificar a aderência das operações aos parâmetros estipulados na Proposta Limite de Crédito ("PLC"), bem como a correta constituição das garantias. Também deve emitir os contratos a serem firmados entre o BBM e o cliente.

O Comitê de Crédito é responsável pela definição dos limites de crédito dos grupos econômicos e pelo acompanhamento e avaliação consolidada da carteira, seu nível de concentração e de risco. Também é de sua responsabilidade estipular prazo para solucionar operações de crédito em atraso ou com alguma deterioração de garantia e decidir pelo início de cobrança judicial, se for necessário. Com periodicidade semanal, o Comitê é composto por quatro membros votantes e quatro membros não votantes. Os membros votantes são o Diretor de Risco/Coordenador do Comitê Executivo, o Diretor de Pesquisa, o Diretor Comercial de Crédito e um Conselheiro.

Todos os membros votantes do comitê possuem poder de veto. Participam ainda do comitê os gerentes das áreas de: Análise de Crédito, Risco, Controle de Crédito Corporativo e Jurídico.

É de responsabilidade do Departamento Jurídico, analisar os contratos firmados entre o BBM e os clientes, bem como coordenar as medidas visando à recuperação do crédito ou proteção dos direitos do BBM.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo.

Operações de crédito e adiantamentos e títulos e valores mobiliários com redução ao valor recuperável.

Empréstimos e títulos inadimplentes são empréstimos e títulos para os quais o Grupo determina que provavelmente não consiga cobrar todo o principal e os juros devidos de acordo com os prazos dos contratos de empréstimo ou de emissão do título. Tais empréstimos são classificados nos níveis de risco AA a H no sistema interno de graduação de risco do Grupo.

Empréstimos com atraso, porém não inadimplentes

São os empréstimos e títulos em que os pagamentos dos juros contratuais ou do principal estejam atrasados, mas que o Grupo acredita que considerá-los inadimplentes não é apropriado, em razão do nível de garantia ou aval disponível ou do estágio da cobrança dos valores devidos ao Grupo.

Empréstimos com prazos renegociados

Empréstimos com prazos renegociados são empréstimos que foram reestruturados em razão da deterioração na posição financeira do tomador e nos casos em que o Grupo fez concessões que de outra forma não consideraria. Uma vez que o empréstimo é reestruturado, ele continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

Provisões para perdas com empréstimos inadimplentes

O Grupo estabelece uma reserva para perdas em empréstimos inadimplentes que representa sua estimativa das perdas que poderão ser incorridas em sua carteira de empréstimos. Os principais componentes dessa reserva são um componente de perda específica que se refere às exposições individualmente significativas, e uma reserva coletiva para perdas em empréstimos estabelecida para grupos de ativos homogêneos baseado em perdas incorridas, mas não identificadas nos empréstimos sujeitos à avaliação individual de adimplência.

Política de baixa

O Grupo baixa o saldo de um empréstimo ou título (e as respectivas provisões para perdas com empréstimos e títulos inadimplentes) quando o Comitê de Crédito do Grupo determina que os empréstimos e/ou títulos são incobráveis. Essa determinação é atingida após considerar informações tais como a ocorrência de mudanças significativas na situação financeira do tomador/emitente que indiquem que ele não poderá pagar a obrigação ou que os pagamentos da garantia serão insuficientes para pagar a exposição total.

Para empréstimos padronizados e de saldos menores, decisões de baixar o crédito geralmente são baseadas em situações de atraso específicas de um produto.

A exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por região geográfica está demonstrada a seguir:

Ativo	31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total
Caixa e saldo no Banco Central	1.934	57.020	58.954
Aplicação no mercado aberto	485.776		485.776
Instrumentos financeiros derivativos	845	2.449	3.294
Títulos e Valores Mobiliários	347.460	48.905	396.365
Empréstimos e recebíveis	950.551	16.969	967.520
Total do ativo	1.786.566	125.343	1.911.909

Ativo	31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total
Caixa e saldo no Banco Central	2.257	77.914	80.171
Aplicação no mercado aberto	982.454		982.454
Instrumentos financeiros derivativos	2.050	25.897	27.947
Títulos e Valores Mobiliários	938.511		938.511
Empréstimos e recebíveis	519.450	78.153	597.603
Total do ativo	2.444.722	181.964	2.626.686

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica das contrapartes:

Ativo	31/12/2011							
	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Caixa e saldo no Banco Central	58.954							58.954
Aplicação no mercado aberto	485.776							485.776
Instrumentos financeiros derivativos	3.294							3.294
Títulos e Valores Mobiliários	80.813	315.552						396.365
Empréstimos e recebíveis			197.696	612.476	4.440	100.384	52.524	967.520
Total do ativo	628.837	315.552	197.696	612.476	4.440	100.384	52.524	1.911.909

Passivo	31/12/2011							
	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Depósitos	215.529					152.278	425.112	792.919
Instrumentos financeiros derivativos	10.564							10.564
Obrigações por empréstimos e repasses	335.799							335.799
Total do passivo	561.892					152.278	425.112	1.139.282

Risco de crédito – Continuação

	31/12/2010							
	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Ativo								
Caixa e saldo no Banco Central	80.171							80.171
Aplicação no mercado aberto	982.454							982.454
Instrumentos financeiros derivativos	27.083			864				27.947
Títulos e Valores Mobiliários		938.511						938.511
Empréstimos e recebíveis	3.702		145.532	325.218	14.011	109.140		597.603
Total do ativo	1.093.410	938.511	145.532	326.082	14.011	109.140		2.626.686

	31/12/2010							
	Instituições Financeiras	Governos	Serviços	Indústria	Outros	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Passivo								
Depósitos	139.294				52.803	106.160	129.619	427.876
Captações no mercado aberto	1.019.605							1.019.605
Instrumentos financeiros derivativos	6.202			297			2.509	9.008
Obrigações por empréstimos e repasses	539.828							539.828
Total do passivo	1.704.929			297	52.803	106.160	132.128	1.996.317

Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Exposição ao risco de liquidez

O controle de Risco de Liquidez é baseado na projeção futura de caixas livres e ativos em carteira com risco de crédito. Para projeção de caixa livre, todas as captações são consideradas pagas no vencimento sem expectativa de rolagem ou captações adicionais. Desta forma, o BBM não conta com depósitos à vista ou qualquer outra fonte incerta de caixa. Este cenário é consistente, uma vez que não faz parte da política do BBM permitir pré-liquidações de suas captações sem avaliação prévia, caso a caso, sob a ótica de liquidez e preços de mercado. O fluxo de recebimento dos ativos com risco de crédito é tratado segundo provisões atribuídas aos valores, dados contratuais e cenários de atraso que seguem a classificação de risco de cada operação ("scoring").

	Em R\$ Mil					
	Grupo Financeiro Banco BBM					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo						
Caixa e saldo no Banco Central	58.954		58.954	80.171		80.171
Aplicação no mercado aberto	485.776		485.776	982.454		982.454
Instrumentos financeiros derivativos	3.294		3.294	25.943	2.004	27.947
Ativos financeiros avaliados ao valor justo no resultado	191.662		191.662	94.962		94.962
Empréstimos e recebíveis	795.325	172.195	967.520	358.739	238.864	597.603
Ativo fiscal diferido		62.300	62.300		97.206	97.206
Outros ativos financeiros	558.595		558.595	2.360.796		2.360.796
Total do ativo	2.093.606	234.495	2.328.101	3.903.065	338.074	4.241.139

	Em R\$ Mil					
	Grupo Financeiro Banco BBM					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo						
Depósitos	568.147	224.772	792.919	224.123	203.753	427.876
Captações no mercado aberto				1.019.605		1.019.605
Instrumentos financeiros derivativos	10.564		10.564	7.621	1.387	9.008
Passivo financeiro ao custo amortizado	119.546	216.253	335.799	319.604	220.225	539.829
Passivo fiscal		6.724	6.724		7.918	7.918
Outros passivos financeiros	543.431		543.431	2.374.137		2.374.137
Patrimônio líquido		544.319	544.319		534.708	534.708
Total	1.241.688	992.068	2.233.756	3.945.090	967.991	4.913.081

Risco de mercado

Define-se Risco de Mercado o risco oriundo das oscilações dos valores de ativos e derivativos provenientes de variações em preços e taxas de mercado, tais como juros, moedas, ações e commodities.

A área de Risco de Mercado é subordinada ao Diretor de Risco, evitando, desta forma, eventual conflito de interesse com as áreas tomadoras de decisão. A unidade foi criada em 1995 e tem como principais responsabilidades: Identificar, medir e controlar o Risco de Mercado de todas as operações do Banco e dos Fundos Administrados; Definir mensalmente, junto com o Comitê de Risco de Mercado, os cenários utilizados na reavaliação de todas as carteiras;

Gerar relatórios para a Diretoria e áreas tomadoras de risco com frequência no mínimo diária.

O controle de Risco de Mercado é baseado no cálculo do VaR (Value at Risk), uma ferramenta estatística que mede a perda potencial máxima do Banco para um dado nível de confiança e horizonte de investimento. O Banco BBM adota o modelo de VaR paramétrico para cálculo de limite, com 95% de confiança e horizonte de 1 dia. A matriz de variância-covariância é reestimada diariamente utilizando modelos GARCH com uma janela de dados históricos de quatro anos. Este modelo captura a presença de agrupamentos de volatilidade e, de acordo com os parâmetros estimados diariamente, dá maior peso ao passado mais recente.

Os cálculos são realizados através do RiskControl, um sistema que se originou dentro do próprio banco e foi desenvolvido logo após a divulgação da primeira versão do RiskMetrics. Desde então, a cultura de controle de Risco de Mercado vem sendo sistematicamente disseminada no banco e o modelo constantemente aperfeiçoado.

Além do modelo paramétrico de VaR, o sistema RiskControl permite outros métodos de cálculo tais como Simulação de Monte Carlo e Simulação Histórica.

O Banco adota limites de Risco em relação a valores de VaR para o risco de mercado total das carteiras de negociação. Classificam-se na carteira de negociação todos os instrumentos financeiros e mercadorias, derivativos inclusive, detidas com intenção de negociação ou hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação de negociabilidade.

O Diretor de Tesouraria tem autonomia para alocar o limite de VaR. A área de Risco é responsável pelo cálculo diário do VaR, além de monitorar seu limite e reportar este número e outras análises à Diretoria e demais áreas tomadoras de risco.

Caso o limite de VaR seja extrapolado, o Diretor de Tesouraria deve tomar as medidas necessárias para realizar o reenquadramento o mais rápido possível.

Em complementação à medida de risco VaR, o Banco utiliza a análise de cenários como ferramenta de Controle de Risco de Mercado. Esses cenários são definidos mensalmente em Comitê de Risco, ou extraordinariamente, quando da mudança do cenário básico, e são estabelecidos baseados em históricos de preços, volatilidades, crises de mercado, instabilidade política, fatores macroeconômicos e de liquidez de mercado.

A eficácia do modelo de risco é testada através do back-testing, que consiste em comparar as estimativas de VaR com os resultados diários efetivamente verificados.

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco em 31 de dezembro e durante o período:

Em milhões de Reais	Dezembro	Média	Mínimo	Máximo
2011				
Risco de Variação Cambial	0.42	0.15	0.00	1.67
Risco de Taxa de Juros	0.37	0.35	0.00	2.69
Risco de Bolsa Brasil	0.00	0.02	0.00	0,07
Risco de Bolsa Internacional	0.00	0.00	0.00	0.00
Risco Emergentes	0.00	0.00	0.00	0.21
Risco G7	0.34	0.07	0.00	0.74
Geral	0.51	0.56	0.06	2.23
2010				
Risco de Variação Cambial	0.19	1.32	0.04	2.03
Risco de Taxa de Juros	0.00	0.60	0.00	5.08
Risco de Bolsa Brasil	0.05	0.23	0.03	1.46
Risco de Bolsa Internacional	0.00	0.00	0.00	0.00
Risco Emergentes	0.00	0.00	0.00	0.00
Risco G7	0.00	0.00	0.00	0.00
Geral	0.18	1.72	0.10	5.45

As limitações da metodologia VaR são conhecidas por completar outras estruturas de limite de posição e sensibilidade, inclusive limites para lidar com possíveis riscos de concentração dentro de cada carteira negociável. Além disso, o Banco BBM utiliza uma ampla gama de testes de estresse para simular o impacto financeiro em vários cenários excepcionais de mercado nas carteiras de negociação.

Risco operacional

Para o Banco BBM, risco operacional é a possibilidade de perda direta ou indireta, resultante de inadequação ou falhas de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Além de políticas e procedimentos formais para a revisão da exposição da Instituição aos riscos inerentes às suas operações, estes precisam ser fundamentados por uma forte cultura corporativa, que permitirá uma melhor e mais eficiente gestão do risco operacional.

Como uma de suas principais atribuições, a Área de Risco Operacional, estruturada em 2006, conta com o comprometimento e apoio da Alta Administração, no sentido de disseminar internamente a cultura de prevenção de risco operacional e garantir o sucesso de um gerenciamento eficaz de risco reforçando a responsabilidade de seus funcionários no processo.

Neste contexto, a área de Risco Operacional é responsável por avaliar os potenciais efeitos dos riscos operacionais ao qual o Banco BBM está exposto e por desenvolver estudos de quantificação/mitigação dos riscos operacionais. Além disso, a área de risco operacional é responsável pela proposição da política de gerenciamento de riscos operacionais.

A área de Compliance atua como canal de divulgação da entrada em operação de novos produtos, serviços, processos e sistemas ou alteração dos mesmos para a área de Risco Operacional.

A área de Controles Internos é responsável por mapear os processos e procedimentos existentes no BBM, tendo em vista a identificação de riscos operacionais inerentes aos mesmos. Também é responsável por monitorar periodicamente os riscos operacionais identificados a fim de verificar se eventuais mitigadores adotados estão sendo efetivos em reduzir a frequência de incidentes.

A Intranet do BBM é um importante canal de disseminação da cultura de prevenção do risco operacional; é um meio de comunicação que consegue atingir todas as esferas da instituição com o objetivo de divulgar a política de Gerenciamento de Risco Operacional.

Soma-se à definição de risco operacional, o risco legal que está associado à inadequação ou inobservância da regulamentação em vigor no que se refere aos produtos/serviços oferecidos pelo Banco BBM, bem como às indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição, e às sanções advindas de descumprimento de dispositivos legais.

Todos os produtos oferecidos pelo Banco BBM são previamente avaliados pelo Departamento Jurídico, de forma que o mesmo é responsável pela (i) adequação dos produtos às leis e aos regulamentos aplicáveis, (ii) verificação da existência dos fundamentos jurídicos necessários e das incidências fiscais, com base no entendimento da doutrina e da jurisprudência e (iii) elaboração dos contratos padrão.

O risco legal é mitigado através do acompanhamento diário da legislação que se dá através da leitura do Diário Oficial e do recebimento diário de informes eletrônicos enviados por software de atualização de legislação assinado pelo Banco BBM. Adicionalmente, há acompanhamento estreito da jurisprudência, de modo que são divulgadas às áreas interessadas, todas as decisões que possam impactar, de alguma forma, os produtos oferecidos pelo Banco BBM.

Gestão do capital

Capital regulatório

O Banco Central do Brasil é o principal órgão regulador que estabelece normas de capital às quais o Grupo está sujeito. O Banco Central do Brasil também se encarrega de monitorar o efetivo cumprimento destas normas por todos que estão sujeitos às mesmas. As operações da matriz e as operações bancárias individuais são diretamente supervisionadas pelos seus órgãos reguladores locais.

O capital regulatório do grupo é analisado em dois níveis:

Capital de Nível 1, que inclui capital de ações ordinárias, capital excedente, instrumentos de dívidas perpétuas (que são classificados como valores imobiliários inovadores de Nível 1), lucros acumulados, reservas de conversão de câmbio e participações minoritárias após deduções para ágio e ativos intangíveis e outros ajustes reguladores relacionados aos itens que são incluídos em ativos, porém são tratados de maneira distinta para fins de adequação.

Capital de Nível 2, que inclui classificação de passivos subordinados, provisões para redução ao valor recuperável coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

Vários limites são aplicados aos elementos da base de capital. O valor dos valores mobiliários inovadores de nível 1 não podem ultrapassar 15% do capital total do nível 1; o capital de nível 2 elegível não pode ultrapassar o capital de nível 1; o capital subordinado de empréstimo a prazo elegível não poderá superar 50% do capital de nível 1. Também existem restrições sobre o valor das provisões coletivas de redução ao valor recuperável que podem ser incluídas como parte do capital de nível 2. Outras deduções de capital incluem os valores contábeis dos investimentos em subsidiárias que não podem ser incluídos na consolidação reguladora, investimentos em capital de bancos e outros determinados itens reguladores.

O Grupo mantém uma base de capital sólida assegurando a confiança do investidor, credor e do mercado, e para sustentar o desenvolvimento futuro do negócio, respeitando também todas as exigências regulatórias de capital.

O Grupo e suas operações regulamentadas individualmente cumpriram com todas as exigências de capital impostas durante o período.

Não houve mudanças significativas no gerenciamento de capital do Grupo durante o período.

O cálculo do Índice de Basileia e o Limite de Imobilização são calculados de forma consolidada considerando todas as empresas controladas em BR GAAP.

A posição de capital regulador do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é apresentada abaixo:

	Em R\$ Mil	
	Consolidado Operacional	
	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio de Referência Nível I	529.785	529.394
Patrimônio Líquido	536.229	534.610
Ativo Permanente Diferido	4.748	4.752
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiri	1.696	464
Patrimônio de Referência Nível II	1.696	464
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiri	1.696	464
Patrimônio de Referência (PR)	531.481	529.858
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	271.271	292.664
Parcela Referente ao:		
Risco de Crédito (PEPR)	150.848	107.483
Risco de Câmbio (PCAM)	73.005	116.564
Risco de Juros (PJUR)	12.458	8.975
Risco de Ações (PACS)		2.093
Risco Operacional (POPR)	34.960	57.549
RBAN	897	1.289
Valor da Margem ou Insuficiência (PR - PRE)	260.210	237.194
Fator de Risco - 11% do PR	58.463	58.284
Índice de Basileia (Fator de Risco / PRE)	21,55%	19,92%
Índice de Imobilização	1,84%	2,63%
Margem de Imobilização	255.976	251.010

Alocação de capital

A alocação de capital entre operações e atividades específicas é impulsionada pela otimização de retorno sobre o capital alocado. O valor de capital alocado para cada operação ou atividade tem sempre em vista as necessidades regulatórias de capital. A estrutura de Gerenciamento de Capital do Grupo BBM está em processo de definição e implantação, de acordo com a Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do CMN.

Valor justo vs valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis, são os seguintes:

		Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
		31/12/2011		31/12/2010	
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	201.872	204.704	844.988	843.549
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	221.600	191.662	93.811	94.962
Operações de crédito	7	967.520	967.520	597.603	597.603
Outros ativos financeiros	8	558.595	558.595	2.360.796	2.360.796
Instrumentos financeiros derivativos	6	3.362	3.294	29.121	27.947
Total		1.952.950	1.925.775	3.926.319	3.924.857
Depósitos	10	792.919	792.919	427.876	427.876
Operações compromissadas	11			1.019.605	1.019.605
Instrumentos financeiros derivativos	6	8.298	10.564	7.157	9.008
Captações	12 e 13	556.336	556.336	537.435	539.828
Outras passivos financeiros	8	543.431	543.431	2.374.137	2.374.137
Total		1.900.984	1.903.250	4.366.210	4.370.454

		Em R\$ Mil	
		Grupo Financeiro Banco BBM	
		01/01/2010	
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	85.526	86.312
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	6.802.244	6.839.963
Operações de crédito	7	1.342.066	1.342.066
Outros ativos financeiros	8	726.105	726.105
Instrumentos financeiros derivativos	6	64.370	58.405
Total		9.020.311	9.052.851
Depósitos	10	1.070.133	1.070.133
Operações compromissadas	11	7.420.568	7.420.568
Instrumentos financeiros derivativos	6	70.497	70.275
Captações	12 e 13	621.152	623.021
Outras passivos financeiros	8	742.901	742.901
Total		9.925.251	9.926.898

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos, conforme apresentação a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nota	Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31/12/2011					
Subtotal - Ativos financeiros disponíveis para venda	6	204.704			204.704
Letras Financeiras do Tesouro	6	39.110			39.110
Letras do Tesouro Nacional	6	92.924			92.924
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	70.986			70.986
Notas do Tesouro Nacional - Série F	6	1.386			1.386
Ações de Companhias Abertas	6	298			298
Subtotal - Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	113.953	81.003		194.956
Letras Financeiras do Tesouro	6	1.004			1.004
Notas do Tesouro Nacional - Série B		109.844			109.844
Operações de Swap	6	3.105			3.105
Cotas de Fundos de Investimento	6		80.814		80.814
Prêmio de opções	6		189		189
Sub total (-) Passivos financeiros derivativos	6	(10.564)			(10.564)
Operações de Swap	6	(6.179)			(6.179)
Operações a Termo	6	(4.385)			(4.385)
Prêmio de opções	6				-
Total		308.093	81.003		389.096

Hierarquia de valor justo – Continuação

		Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31/12/2010					
Subtotal - Ativos financeiros disponíveis para venda	6	807.197	36.352		843.549
Letras Financeiras do Tesouro	6	22.939			22.939
Letras do Tesouro Nacional	6	624.383			624.383
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	155.159			155.159
Notas do Tesouro Nacional - Série C	6	3.144			3.144
Notas do Tesouro Nacional - Série F	6	1.330			1.330
Ações de Companhias Abertas	6	242			242
Títulos Emitidos pelo Intern. Finance Corporation			36.352		36.352
Subtotal - Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	33.330	89.579		122.909
Ações de Companhias Abertas	6	5.280			5.280
Ações Recebidas por Empréstimos	6	389			389
Letras Financeiras do Tesouro	6	900			900
Operações de Swap	6	2.509			2.509
Operações a Termo	6	24.252			24.252
Cotas de Fundos Renda Variável	6	-	88.393		88.393
Prêmio de opções	6		1.186		1.186
Sub total (-) Passivos financeiros derivativos	6	(8.379)	(629)		(9.008)
Operações de Swap	6	(2.244)			(2.244)
Operações a Termo	6	(6.135)			(6.135)
Prêmio de opções	6		(629)		(629)
Total		832.148	125.302		957.450

Hierarquia de valor justo – Continuação

		Em R\$ Mil			
		Grupo Financeiro Banco BBM			
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
01/01/2010					
Subtotal - Ativos financeiros disponíveis para venda	6	53.495	32.817		86.312
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	50.343			50.343
Notas do Tesouro Nacional - Série C	6	2.860			2.860
Ações de Companhias Abertas	6	292			292
Títulos Emitidos pelo Intern. Finance Corporation	6		32.817		32.817
Subtotal - Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	6	6.873.583	24.785		6.898.368
Letras do Tesouro Nacional	6	8.605			8.605
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6	6.789.967			6.789.967
Notas do Tesouro Nacional - Série F	6	1.292			1.292
Ações de Companhias Abertas	6	13.908			13.908
Ações Recebidas por Empréstimos	6	1.009			1.009
Letras Financeiras do Tesouro	6	820			820
Operações de Swap	6	18.692			18.692
Operações a Termo	6	39.290			39.290
Cotas de Fundos Renda Variável	6	-	13.825		13.825
Outros Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6		10.537		10.537
Prêmio de opções	6		423		423
Sub total (-) Passivos financeiros derivativos	6	(70.275)			(70.275)
Operações de Swap	6	(5.870)			(5.870)
Operações a Termo	6	(64.405)			(64.405)
Total		6.856.803	57.602		6.914.405

No período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve transferência entre os níveis 01, 02 e 03 para fins de mensuração do valor justo.

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

As movimentações dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias podem ser assim demonstradas:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Crédito Tributário Ativo:			
Saldo em 1º de janeiro	97.206	103.412	62.051
Constituição (Reversão)			
- Com efeitos no resultado	(34.330)	(6.774)	41.353
- Com efeitos no patrimônio			
(Títulos Disponíveis para Venda)	(576)	568	8
Saldo em 31 de dezembro	62.300	97.206	103.412
Provisão para Impostos Diferidos:			
Saldo em 1º de janeiro	7.918	23.803	23.337
Constituição (Reversão)			
- Com efeitos no resultado	(2.325)	(15.572)	164
- Com efeitos no patrimônio			
(Títulos Disponíveis para Venda)	1.131	(313)	302
Saldo em 31 de dezembro	6.724	7.918	23.803

As composições dos créditos tributários e da provisão para impostos diferidos podem ser demonstradas conforme se segue:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Crédito Tributário Ativo:			
Diferenças Temporárias (a)			
- Provisão para Operações de Crédito	9.062	48.202	81.932
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	1.383	1.008	2.288
- PIS / COFINS (Nota 24b)	32.860	29.301	21.363
- Outras	18.995	18.695	(2.171)
Total	62.300	97.206	103.412
Provisão para Impostos Diferidos:			
Diferenças Temporárias			
- Ajuste a mercado de TVM e Derivativos	1.132	1	18.936
- Ajuste a mercado de hedge			192
- Outras	5.592	7.917	4.675
Total	6.724	7.918	23.803

(a) A expectativa é que a realização destes créditos tributários, tanto no controlador quanto no consolidado operacional, ocorra até o ano 2014 sendo o seu valor presente de R\$ 47 MM.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizada pode ser demonstrada como se segue:

	Em R\$ Mil		Em R\$ Mil	
	31/12/2011		31/12/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	64.264	64.264	26.311	26.311
Lucro Líquido do Banco	67.062	67.062	48.396	48.396
(-) Juros Sobre Capital Próprio	(29.951)	(29.951)	(37.845)	(37.845)
(-/+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.153)	(27.153)	(15.760)	(15.760)
	25%	15%	25%	15%
Alíquota Fiscal				
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Pela alíquota fiscal	(16.066)	(9.640)	6.578	3.947
Adições Permanentes	68.179	39.057	68.445	49.702
Despesas Não Dedutíveis	34.397	5.275	19.314	570
Adição de Lucros no Exterior	33.782	33.782	49.131	49.131
Exclusões Permanentes	35.681	35.681	51.149	51.149
Receitas isentas de impostos	23	23	57	57
Equivalência Patrimonial - antes da eliminação do lucro	35.658	35.658	51.092	51.092
Adições / Exclusões Temporárias	(89.016)	(69.058)	(14.613)	(14.613)
Base Fiscal	7.746	(1.418)	28.994	10.251
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(1.913)	213	(7.225)	(1.538)
Aproveitamento de Incentivos Fiscais e Impostos de Controladas no Exterior	1.435		9	
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	(478)	213	(7.216)	(1.538)
Ajuste DIPJ			45	
Impostos Diferidos Passivos	1.453	872	9.733	5.840
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Banco BBM	975	1.085	2.562	4.302
Imposto de Renda e Contribuição Social de outras instituições do Consolidado Operacional	(1.384)	(838)	(1.922)	(1.216)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício - Consolidado	(409)	247	640	3.086

24. Provisões e passivos por obrigação legal

O Banco e o Grupo Financeiro Banco BBM são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Cíveis	510	510	510
Trabalhistas	6.233	8.002	4.364
Total - Provisões para Contingências	6.743	8.512	4.874

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi revertido o montante de R\$ 1.769 mil das provisões para contingências no Consolidado Operacional. (Em 31 de dezembro de 2010, foi constituído R\$ 3.639 mil, em 01 de janeiro de 2010 foi constituído - R\$ 2.851 mil).

b) Passivo por Obrigação legal

Com base em liminar obtida, o Banco BBM S.A e a BBM Corretora de Valores Mobiliários S.A. passaram a recolher, a partir de abril de 2007, PIS e COFINS somente sobre a receita de serviços, pleiteando a inconstitucionalidade do alargamento de base de cálculo destas contribuições e constituindo passivo para o saldo remanescente até a decisão final, incluído na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no Passivo Exigível a longo prazo, conforme se segue:

	Em R\$ Mil		
	Grupo Financeiro Banco BBM		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
PIS e COFINS	75.407	64.739	53.407
Total - Passivos por Obrigação Legal	75.407	64.739	53.407

No Consolidado Operacional foi constituído o montante de R\$ 10.669 mil (31 de dezembro de 2010 – R\$ 11.332 mil, 01 de janeiro de 2010 - R\$ 9.246 mil), sendo R\$ 6.000 mil. (31 de dezembro de 2010 – R\$ 4.558 mil, 01 de janeiro de 2010 – R\$ 3.498 mil), referente à atualização pela SELIC.

24 Provisões e passivos por obrigação legal (Continuação)

c) Desmutualização BM&F e Bovespa

Em dezembro de 2011, o Banco BBM e BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. sofreram autuações da Receita Federal do Brasil tendo como objeto: (i) a tributação, pelo IRPJ e CSLL, da reserva de atualização dos títulos patrimoniais da BM&F e Bovespa, em virtude da desmutualização das referidas entidades no montante de R\$ 8.284 mil; e (ii) a tributação, pelo PIS e COFINS, do ganho de capital na venda dos mencionados títulos no montante líquido de efeitos tributários de R\$ 14.560 mil. O Banco discute as autuações na esfera administrativa. Na opinião de nossos assessores legais, as chances de perda nesta causa são possíveis.

25 Administração de Recursos de Terceiros

As receitas decorrentes de taxa de administração e performance estão registradas em "Receitas de Prestação de Serviços". As receitas auferidas por administração e gestão de recursos de terceiros são conforme se segue:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita de Taxas de Administração e Performance de Fundos de Investimento registrada no Conglomerado Financeiro	43.075	87.203
Total	43.075	87.203

26 Ativo Não corrente Mantido para Venda

Representado por bens recebidos em dação de pagamento de operações de crédito.

Durante o ano de 2011, não houve proposta de compra dos referidos bens.

Dado que a Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964, em seu artigo 35, inciso II, estabelece a possibilidade de prorrogação, até duas vezes, do prazo legal de um ano para a alienação de imóveis não de uso por instituições financeiras, o Banco BBM optou pela prorrogação citada na referida norma, mantendo os bens registrados na categoria ativo não corrente mantido para a venda pelo valor de R\$ 5.233 mil em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

27 Explicação de transição para as demonstrações em IFRS

a. Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras do Grupo Financeiro Banco BBM para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2010, e o Grupo Financeiro Banco BBM preparou seu balanço patrimonial de abertura e suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os requisitos do IFRS1.

b. Sumário das isenções voluntárias e exceções mandatórias previstas pelo IFRS 1 e utilizadas pela Administração na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Financeiro Banco BBM aplicou todas as exceções obrigatórias relevantes e optou por não aplicar nenhuma isenção retrospectiva, de acordo com o IFRS1.

- *Mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição*

O IFRS 1 determina que uma entidade deva aplicar requerimentos específicos do IAS 39 para mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição para IFRS. O IAS 39 requer que técnicas de avaliação de ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo incorporem todos os fatores que um participante de mercado consideraria na determinação de preço quando se utilizam metodologias consistentes e aceitas economicamente para a precificação de tais instrumentos. Adicionalmente, o IAS 39 estabelece as regras para situações nas quais uma entidade pode vir a reconhecer um ganho ou perda inicial na contratação de um ativo ou passivo financeiro ("day one profits"). Como consequência deste requerimento, o IAS 39 requerem que um ganho ou perda gerado na contratação inicial ou mudanças subsequentes do valor justo de um instrumento financeiro, somente fossem reconhecidos caso a metodologia de cálculo de valor justo incluísse dados e cotações observáveis diretamente no mercado na data de avaliação do valor justo.

O IFRS 1 requer que estes critérios sejam obrigatoriamente aplicados prospectivamente para transações com instrumentos financeiros ativos ou passivos iniciadas após 25 de outubro de 2002 ou prospectivamente para transações iniciadas após 1º de janeiro de 2004.

- *Baixa de ativos e passivos financeiros*

O IFRS 1 requer que uma entidade que aplica IFRS pela primeira vez aplique as regras de baixa ("asset derecognition" como definido pelo IAS 39) de ativos e passivos financeiros prospectivamente para transações ocorridas após 1º de janeiro de 2004, ou seja, caso o Grupo tenha alienado algum ativo financeiro que não devesse ser baixado de acordo com a regra do IAS 39 pelo fato de não transferir substancialmente os riscos e benefícios de tal informação, o Grupo deve reconhecer tal operação.

- *Tributos sobre o lucro*

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

c. Transição das práticas contábeis

A seguir, as reconciliações dos ajustes efetuados nos saldos de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2010, nas contas de Ativo, Passivo e Resultado do Grupo Financeiro Banco BBM:

RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO BANCO BBM S.A. EM 1º DE JANEIRO DE 2010 E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010

	01/01/2010	31/12/2010	01/01 a 31/12/2010
	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Resultado
De acordo com o BRGAAP (patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora excluindo-se participações não controladoras)	657.908	534.610	46.793
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BRGAAP e IFRS	21.881	98	(18.891)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	43.004	6.510	(36.494)
Ajuste de Taxa efetiva de Juros (b)	(6.412)	(6.223)	189
Impairment ativos financeiros (c)	(124)	(124)	0
Variação Cambial de Investimentos no Exterior (d)			2.892
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS (e)	(14.587)	(65)	14.522
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores	679.789	534.708	27.902
De acordo com o IFRS - atribuível aos acionistas controladores e não controladores	679.789	534.708	27.902
Ajustes que impactam o resultado abrangente			
Ativos Financeiros Disponível para a Venda			(1.334)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior			(143.347)
Hedge de Investimento Líquido no Exterior			140.454
Total			23.675

(a) Refere-se à reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, analisados de acordo com sua capacidade de geração de caixas futuros. Em BRGAAP, os créditos são provisionados de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil.

(b) Os custos de captação inerentes às operações de captação no exterior, foram ajustados para compor a taxa efetiva de juros em atendimento ao IAS 39 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”.

(c) Refere-se, substancialmente, ao efeito do ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros de propriedade de investimentos por incentivos fiscais.

(d) Refere-se à variação cambial sobre investimentos no exterior que para fins de BRGAAP é reconhecida no resultado do exercício enquanto que em IFRS é reconhecida no patrimônio líquido e evidenciado na demonstração do resultado abrangente.

(e) As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes mencionados nos itens anteriores.

* * *

Aline Gomes – Controller
CRC 087.989/0-9 “S”- BA